

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 33

(Sem revisão final)

11 de junho de 2019

(15h12 – 19h54)

Ordem do dia: Audição do Dr. Filipe Pinhal (ex-Administrador do BCP)

Presidente da Comissão: Luís Leite Ramos

Deputados oradores:

Paulo Sá (PCP)

Duarte Pacheco (PSD)

João Paulo Correia (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Duarte Marques (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Leite Ramos): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início a mais uma audição.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Agradeço ao Sr. Dr. Filipe Pinhal a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e gostaria de relembrar que o objeto da mesma é, entre outros, o apuramento das práticas de gestão de crédito e outras modalidades de financiamento da Caixa Geral de Depósitos desde o ano 2000, a apreciação da atuação dos seus órgãos societários, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria dos diretores, dos auditores externos, dos governos, bem como dos supervisores financeiros.

Gostaria também de relembrar que, à luz do seu regime jurídico, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são os instrumentos qualificados do controlo parlamentar, recolha de informação e esclarecimento de factos, através dos quais o Parlamento exerce as suas funções gerais de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, em defesa do cumprimento da Constituição e das leis.

Lembro ainda que, segundo o regime jurídico e o regulamento aplicados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Comissão pode convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito e que a forma dos depoimentos se rege pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

O depoimento e a inquirição seguirão a grelha habitual, sendo que, neste caso, o Dr. Filipe Pinhal já me manifestou que não pretende fazer nenhuma intervenção inicial, pelo que passamos de imediato à inquirição, em duas rondas, uma primeira de 8 minutos, com pergunta e resposta, e uma segunda de 5 minutos, também com pergunta e resposta.

Se for intenção das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados, haverá uma terceira ronda com perguntas de dois minutos por Deputado e resposta final será conjunta.

Lembro ainda que a audição será pública; em casos excepcionais e devidamente fundamentados, podemos ponderar uma ronda final não pública, se houver matéria que, por razões de segredo e de sigilo, o justifique, mas o nosso entendimento é que a exigência de transparência e a prevalência do interesse público não podem prejudicar os objetivos e os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que são a fiscalização e o escrutínio, neste caso, da gestão da Caixa Geral de Depósitos e da sua recapitalização.

Assim sendo, vamos dar início às inquirições.

Nesta primeira ronda, a primeira intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo que tem, desde já, a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Filipe Pinhal. O senhor deve ter noção que o motivo imediato da sua convocatória para esta Comissão Parlamentar de Inquérito se prende com as afirmações proferidas pelo Sr. José Berardo, aquando da sua audição a 10 de Maio.

Nesta audição do dia 10 de Maio, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. José Berardo disse o seguinte: «Também nessa época...» — estava a referir-se ao período de 2006 — «...a generalidade dos bancos com que trabalhava recomendavam vivamente a compra de ações do BCP, o maior banco privado português à data e ainda hoje. Quando as instituições que represento iniciaram um investimento em ativo em ações do BCP, por recomendação dos próprios bancos nacionais e internacionais, o BCP referiu que tinha limitações regulamentares ao financiamento para a aquisição de ações do BCP e nesse sentido...» continuo a citar, «...sugeriu que as

instituições passassem também a ser clientes da Caixa Geral de Depósitos, tendo para tal providenciado o interlocutor». As instituições a que se referiu eram aquelas a que ele presidia, a Metalgest e a Fundação Berardo.

Nesta fase da sua inquirição, o Sr. José Berardo não referiu nomes; mais adiante, creio que por insistência do Sr. Deputado do PS que lhe perguntou insistentemente quem é que o tinha convencido, quem é que lhe tinha sugerido comprar ações do BCP pedindo um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, ele referiu o seu nome dizendo que foi Filipe Pinhal. O Sr. Deputado insistiu perguntando-lhe se foi, de facto, Filipe Pinhal; ele disse que sim e repetiu: «Filipe Pinhal».

Daí a primeira questão que se impõe colocar-lhe é se o senhor confirma ou não esta afirmação do Sr. José Berardo, proferida, repito, nesta Comissão de Inquérito no passado dia 10 de maio. Foi o senhor que se encontrou com José Berardo e o convenceu, ou sugeriu, que ele pedisse um empréstimo à Caixa com o objetivo de comprar ações do BCP? Sim ou não? Peço-lhe que, se puder, nos elucide sobre esta matéria.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal** (ex-Administrador do BCP): — Sr. Deputado, muito obrigado pela questão que colocou. Tenho muito gosto em responder para desmentir o Sr. José Berardo.

Efetivamente, o grande aumento da posição do Sr. José Berardo e, tanto quanto sei, os empréstimos que ele pediu à Caixa Geral de Depósitos tiveram lugar no verão de 2007. Por essa altura, o Sr. José Berardo estava a assinar uma proposta para ir à Assembleia Geral do BCP, de 6 de agosto, para me destituir. Ora, seria altamente improvável que eu ajudasse o Sr. José Berardo a ter mais votos para me destituir.

Mas há mais: no dia 30 ou 31 de dezembro, não sei precisar bem mas foi por esses dias, o Dr. Miguel Cadilhe formou uma lista para concorrer com a lista liderada pelo Dr. Carlos Sanos Ferreira e o Sr. José Berardo, nessa

altura, proferiu declarações, que são públicas, foram publicadas no *Público online* de 30 ou de 31 de dezembro em que diz textualmente, se a memória não me traiçoa, o seguinte: «O Dr. Miguel Cadilhe chega tarde. Nós estamos a tratar disto desde maio». O Sr. José Berardo não informou quem eram os «nós», mas eu tenho a minha interpretação e, se os Srs. Deputados tiverem curiosidade em saber, tenho todo o gosto em dizê-la. O «nós» eram os acionistas Sonangol, EDP e Caixa Geral de Depósitos e o grupo dos sete. Penso que já foi referido mas posso perfeitamente recapitular os sete: o Sr. José Berardo, o Sr. Bernardo Moniz da Maia, o Sr. Manuel Fino, o Dr. Diogo Vaz Guedes, o Dr. Filipe Botton, o Dr. João Pereira Coutinho e o Dr. Vasco Pessanha.

Era, portanto, este conjunto de pessoas, alinhadas com o Presidente do BCP Paulo Teixeira Pinto, com os meus colegas da Administração António Castro Henriques, Francisco Lacerda e Boguslaw Kott — o nome é estranho mas era o administrador polaco que existia no Conselho de Administração —, ao qual devemos acrescentar o Sr. Dr. Vítor Constâncio — isto tudo na minha interpretação, entendamo-nos —, o Sr. Ministro das Finanças Teixeira dos Santos e o Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates.

Relativamente a cada um, poderei explicitar quais seriam os seus interesses, mas todos eles estavam alinhados no sentido de mudar a administração do BCP e operar uma insólita transferência de três administradores da Caixa Geral de Depósitos para um banco privado cotado em bolsa. E não foram quaisquer três administradores: foi o Presidente, o Vice-Presidente e o administrador responsável pelo pelouro do crédito, o Dr. Vítor Fernandes.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Muito obrigado. Trataremos dessa questão dos «nós» e das pessoas que elencou, mas relativamente a esta questão, e

uma vez que desmentiu o Sr. José Berardo em relação à declaração que ele fez aqui, gostaria de insistir num ponto para clarificação total.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Um órgão de comunicação social, numa recente edição que talvez tenha lido, relata um almoço ocorrido em finais de maio de 2007 — naquele período em que o senhor diz que eles, ou os «nós», estavam a preparar isto há algum tempo — entre o senhor e o Sr. José Berardo, em que o senhor terá tentado convencer ou sugerido ao Sr. José Berardo a venda das ações do BCP (na altura, ele tinha cerca de 4%, cerca de 3,8%) a Pedro Teixeira Duarte. Pergunto-lhe se confirma este almoço e esse seu pedido no sentido de que José Berardo vendesse as suas ações a Pedro Teixeira Duarte.

Gostaria ainda de saber a sua opinião, ou o conhecimento que tem, de como é que um pedido de venda se transforma numa compra.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, a jornalista que publicou a matéria no *Público* ouviu-me e transcreveu com rigor as minhas declarações. Foram declarações prestadas em *on* e estão transcritas com todo o rigor.

Em relação às palavras do Sr. Deputado, apenas trocava a palavra «pedido» por «sugestão», porque foi uma sugestão.

Aquilo que eu disse ao Sr. José Berardo, foi o seguinte: «Uma guerra numa família, numa empresa, num Governo, provoca sempre destruição de ambos os lados. Pelas minhas contas, o senhor, com a posição que tem neste momento, próxima dos 4%, tendo em conta as datas em que comprou, terá uma mais-valia entre 100 a 150 milhões de euros», tendo o Sr. Berardo respondido: «upa, upa», dizendo que era mais.

Então, eu disse-lhe. «Eu já vi entrevistas suas em que o senhor dizia que as mais-valias só o são depois de vendidas as ações; até serem vendidas as ações não há mais-valias. Portanto, o senhor em vez de provocar uma guerra, que vai necessariamente provocar danos de ambos os lados, venda as ações, aproprie a mais-valia e deixe o BCP em paz».

A esta minha sugestão, o Sr. Berardo respondeu-me o seguinte: «E o prémio?» e, se a memória não me traiçoa, terei respondido: «Não deverá haver lugar a prémio, haverá, quanto muito, lugar a desconto, porque o senhor sabe perfeitamente que a cotação está inflacionada por causa da guerra que o senhor e outros começaram, e assim que esteja definida qual é a posição de controlo do BCP o preço vai necessariamente ajustar para baixo, para os 2,80, 2,90, como esteve nos últimos tempos».

Então, o Sr. Berardo limitou-se a dizer: «Eu vou falar com o meu filho e da parte da tarde telefono-lhe». Da parte da tarde, efetivamente, o Sr. Berardo telefonou-me e pediu-me para eu receber — aqui a transcrição do *Público* não está correta, porque o *Público* diz que foi um telefonema e não foi um telefonema, foi uma ida ao BCP —, segundo ele, uma pessoa; disse-me: «uma pessoa da minha confiança vai ligar-lhe para lhe dar uma informação». Ligou-me o corretor Francisco Marques Pereira, da Lisbon Brokers, pedindo-me para ir ao banco falar comigo. Disse-me isto à tarde, eu recebi-o no dia seguinte de manhã, e o senhor disse-me que a Lisbon Brokers iria emitir uma recomendação de compra do BCP que apresentava um preço-alvo de 3,53, salvo erro, e a cotação por essa altura, estaria por 2,90.

Portanto, aquela informação era só para me dizer que se justificava perfeitamente o prémio porque a cotação ia subir. Aí entrei em contacto com o Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte, com quem previamente tinha falado, para saber se ele, e a empresa dele, estariam disponíveis para comprar. O Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte, lembrando-me que uma vez esclarecido o

controlo do banco a cotação iria baixar, mostrou-se disponível para ir até ao preço de 3,30; o Sr. Berardo queria pelo menos 3,50 € e, portanto, a transação só não se fez por isso.

Mais tarde, o Sr. Berardo, na televisão, contou este episódio de uma maneira assaz distorcida. Disse — alguns dos Srs. Deputados talvez se lembrem — que alguém do BCP lhe propôs a venda, mas que ele descobriu que era «dinheiro sujo», o que é uma perfeita indecência, que falou com o filho e que o filho lhe disse que acima das mais-valias estava a honra e, por isso, não vendia. A palavra «honra» na boca do Sr. Berardo vale o que cada um lhe possa atribuir.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Agradeço-lhe a descrição do que se passou nesse almoço e no seu seguimento, mas não respondeu à segunda parte da minha questão, que era a seguinte:...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Diga, diga!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ...como é que uma possível venda em que terá havido...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, já me lembro e tenho muito gosto em esclarecê-lo naquilo que não é tanto a minha interpretação mas naquilo que o Sr. Berardo me disse.

Por alturas de novembro — como os Srs. Deputados saberão, depois das assembleias de 6 e 27 de agosto o Dr. Paulo Teixeira Pinto renunciou ao cargo de Presidente e eu substitui-o interinamente até às eleições seguintes —, nessa altura, o Sr. Berardo fazia alternadamente de «pólicia bom e pólicia mau» comigo. Nuns dias, aparecia-me muito amigo, dizendo que estava ao meu lado e que íamos compor tudo, que se virava uma página e se seguia em

frente, e noutros dias, ou semanas, aparecia a ameaçar com denúncias ao Banco de Portugal, como acabou por denunciar.

Um dia, perguntei ao Sr. Berardo: «ó homem, mas por que é que você, que já tinha 3,88» — que era a percentagem das ações no dia 28 de maio, quando houve a primeira assembleia relacionada com estas matérias —, «já tinha uma posição qualificada, vai subir para 7%» — que é a posição que o Sr. Berardo tinha no fim do ano, ou, melhor, ele, a Metalgest e a Fundação Berardo, em conjunto, tinham 7,01% do capital do BCP—, «vai investir 400 milhões de euros?», segundo eu calculava, porque a cotação nessa altura andava à volta dos 4, o que daria à volta dos 400 milhões de euros.

O Sr. Berardo respondeu-me com estas palavras: «eu ainda estou para saber como é que aquele homem me enfeitiçou, como é que aquele homem me deu a volta. Como é que eu, que toda a vida fui tão objetivo, que quando tinha mais-valias vendia e fazia mais-valias, me meti nesta de ir comprar financiado desta maneira?»

Fica por saber qual foi o homem. Tenho uma interpretação e, se o Sr. Deputado estiver interessado, dou-lhe a minha interpretação.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Com certeza. Na sua opinião, quem é que foi o homem que enfeitiçou José Berardo?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A minha interpretação é a seguinte: só podia ser uma de duas pessoas, ou o Dr. Paulo Teixeira Pinto, Presidente do banco, procurando obter votos para a sua causa, ou o Engenheiro José Sócrates, com quem o Sr. Berardo nessa altura andava a tratar do assunto do espaço para a Coleção Berardo, e eram públicas as conversas do Sr. Berardo com o Primeiro-Ministro José Sócrates.

Acho que a palavra do Dr. Paulo Teixeira Pinto teria pouco peso aos ouvidos do Sr. José Berardo; a palavra do Sr. Primeiro-Ministro já teria

muitíssimo mais peso, tanto mais que havia um outro negócio paralelo, se se quiser, um negócio de contrapartida, que era o favorecimento do Sr. José Berardo para guardar a Coleção com despesas por conta do Estado.

Mas insisto: objetivamente, o Sr. Berardo disse-me o que acabei de responder. Subjetivamente, eu só vejo duas pessoas para tentarem convencer o Sr. Berardo, sendo que penso que a palavra de uma delas pesaria muito pouco aos ouvidos do Sr. José Berardo.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Já iremos a essas questões mas eu não queria deixar nada para trás e na resposta à pergunta anterior disse que no almoço, a certa altura, se virou para o Sr. José Berardo e disse: «deixe o BCP em paz.» Presumo que nesta altura já teria alguma ideia do que é que se estaria a passar, de movimentações nos bastidores para haver qualquer tipo de ação relativamente ao BCP.

Nessa altura em que fez o tal almoço, em que lhe sugeri que ele vendesse as ações a Pedro Teixeira Duarte, tinha indícios de que alguma coisa se estava a passar?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, nessa altura, o único indício — não eram indícios, era um único, era singular — foi a divulgação, em finais do mês de abril ou princípios do mês de maio, das propostas que iam à Assembleia Geral do dia 28 de maio de 2007.

Nesse conjunto de propostas, todos os pontos eram agendados pelo Conselho de Administração do BCP, pelo Conselho de Administração Executivo, e havia um ponto que era agendado pessoalmente pelo Eng.º Jardim Gonçalves, que era no sentido de que o Conselho de Administração Executivo fosse designado pelo Conselho Geral de Supervisão, como prescrevia a regra do modelo dualista, do modelo societário dito dualista,

com conselho geral e de supervisão e com conselho de administração executivo.

Não é que o Conselho de Administração Executivo que tinha sido eleito pela Assembleia Geral estivesse irregular. Não estava irregular. Sucede que, na definição pura do modelo dualista, a assembleia geral de acionistas só elege o conselho geral de supervisão e é este que escolhe a comissão executiva ou o conselho de administração executivo.

Quando a lei das sociedades comerciais foi posta em discussão pública, só havia dois modelos societários, o modelo monista, com um conselho de administração alargado e uma comissão executiva no seu seio, e o modelo dualista, tal como já descrevi aos Srs. Deputados, isto é, a assembleia geral de acionistas só elege o conselho geral de supervisão e é este que designa o conselho de administração executiva.

Nessa altura, durante o período da discussão, o Dr. Paulo Teixeira Pinto e o Dr. António Mexia, respetivamente Presidentes do BCP e da EDP, fizeram uma enorme pressão junto da CMVM para que houvesse uma entorse a este princípio no sentido de o Conselho de Administração Executivo ser eleito pelos acionistas, o que, no fundo, esvazia as funções de supervisão.

É que se o conselho de administração executivo é designado pelo conselho geral de supervisão, o conselho geral de supervisão tem efetivos poderes de supervisão, porque dispõe da «bomba atómica» que é demitir o conselho de administração executiva ou o seu presidente.

Ora, nem o Dr. Paulo Teixeira Pinto nem o Dr. António Mexia queriam ser supervisionados e, como não queriam, fizeram pressão junto do Dr. Carlos Tavares, Presidente da CMVM. Infelizmente, o Dr. Carlos Tavares cedeu e o preceito legal passou a dizer o seguinte: a assembleia geral de acionistas elege o conselho geral de supervisão, designando este o conselho de administração executivo, salvo se os estatutos dispuserem de

modo diferente. Então, os estatutos do BCP e os estatutos da EDP foram alterados no sentido de disporem que o conselho de administração executivo era eleito pelos acionistas, com o que o conselho de administração executivo só deve explicações a quem o elegeu e a mais ninguém.

Portanto, criou-se ali um buraco negro, quer no BCP, quer na EDP, que foi o conselho de administração executivo não estar sujeito a qualquer supervisão pelo conselho geral dito de supervisão.

Foi por isto e foi para corrigir esta entorse, para o Dr. Teixeira Pinto se furtar à possibilidade de demissão pelo conselho geral de supervisão, que foi feita esta pressão junto do Dr. Carlos Tavares, que, infelizmente, cedeu, porque a CMVM queria à viva força que na lista de empresas cotadas em Portugal houvesse exemplos de modelo monista e de modelo dualista, e a única maneira de ter empresas cotadas seguindo o modelo dualista foi esta entorse. As duas únicas que adotaram o modelo dualista foram a EDP e o BCP, BCP que três anos depois corrigiu para o modelo monista, sinal de que o Engenheiro Jardim Gonçalves tinha razão quando propôs aquela alteração aos estatutos.

Ora bem, é justamente na sequência destes factos que o Sr. Berardo vai pela primeira vez ao *Jornal das 9*, da SIC, bramar contra o Engenheiro Jardim, dizendo, designadamente, que «o Engenheiro Jardim deixou o lugar de presidente executivo do banco mas agora quer mandar no BCP outra vez; se quer mandar no BCP que lance uma OPA.»

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Agradeço-lhe o enquadramento mas queria voltar àquela afirmação que fez há pouco, que o Sr. José Berardo teria dito que «Miguel Cadilhe chega tarde, nós estamos a tratar disto desde maio.» Esta afirmação foi proferida em finais de 2007.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Está no *Público on-line* de dia 30 ou 31 de dezembro.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Depois, deu a sua interpretação acerca de a quem se referia o «nós.» Referiu um conjunto de acionistas, um grupo de sete, que nomeou um a um — Paulo Teixeira Pinto e membros do Conselho de Administração —, e finalizou com dois governantes, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças da altura.

Gostaria de lhe pedir que informasse esta Comissão de Inquérito, na sua perspetiva, por que é que este conjunto de pessoas tinham essa estratégia de comprar e tomar conta do BCP e já estavam a tratar disto desde maio. Em particular, pergunto se tem conhecimento direto ou indireto de factos que possam sustentar uma tese de uma estratégia de domínio do BCP organizada a partir do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates e com a participação deste conjunto de pessoas.

Pode dar-nos não só a sua opinião mas também indícios diretos ou indiretos de que algo neste sentido podia estar em preparação?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, o que vou dizer só a mim me obriga. É a minha interpretação, embora naturalmente apoiada em factos que são do conhecimento geral.

O primeiro facto é o seguinte: é indesmentível que o Governo — e aqui não o restrinjo ao Primeiro-Ministro José Sócrates, digo todo o Governo — tinha uma grande influência quer na Caixa Geral de Depósitos, quer no Banco Espírito Santo.

A Caixa Geral de Depósitos representava por essa altura à volta de 23, 24% de quota de mercado; o Banco Espírito Santo representaria 17, 18% de quota de mercado; o BCP tinha uma quota de mercado ligeiramente inferior à Caixa Geral de Depósitos, de 22, 23%. Se o Governo tivesse possibilidade

de exercer uma influência decisiva no BCP controlava à volta de 60% do mercado de crédito, que é importantíssimo.

Mas há um facto muito importante que quero trazer para aqui.

No dia 1 de junho de 2007, a Sonangol anunciou a tomada de posição de 2% no capital do BCP e anunciou a sua intenção de fazer subir essa sua posição, como de facto veio a acontecer.

A Sonangol fez isso depois de se aconselhar com o Primeiro-Ministro José Sócrates e de falar com ele — palavras do Sr. Eng.º Manuel Vicente e do Dr. Carlos José da Silva na minha presença e na presença de outras pessoas.

O Sr. Eng.º Manuel Vicente e o Sr. Dr. Carlos Silva, no próprio dia 1, às 5 horas, tiveram uma entrevista com o Dr. Vítor Constâncio, para tratar desse assunto — de novo palavras do Eng.º Manuel Vicente e do Dr. Carlos Silva proferidas na minha presença e de mais duas testemunhas.

Nesse mesmo dia, 1 de junho, à tarde, era uma sexta-feira... Os Srs. Deputados perguntarão como é que me lembro disto tudo. Lembro-me disto tudo porque o dia 1 de junho foi um dia grande para o BCP, o chamado *investors day*, que era o dia em que enfrentávamos os investidores internacionais e os especialistas de órgãos de informação de economia. Portanto, foi um dia muito importante, um dia passado no hotel Mirage, no Estoril.

Paulo Teixeira Pinto não tinha pelouros comerciais e mal acabou a sessão pública — à sessão pública seguiam-se sessões privadas, chamadas «*one to one*», em que cada administrador respondia perante os jornalistas e os analistas, em sessões privadas, sobre os assuntos do seu pelouro — deixou o hotel Mirage, algo para mim...

Nessa altura, o hotel ainda se chamava «Mirage», agora parece que é «Miragem», parece que aportuguesou o nome.

O Dr. Paulo Teixeira Pinto saiu, disse-nos que ia para a rua Augusta, e, às seis e meia, uma deputação da Sonangol, constituída por quatro elementos, deu entrada no BCP para conversar com o Dr. Paulo Teixeira Pinto.

Por que razão isto é relevante? Isto é relevante porque a elite angolana, por essa altura, estava interessadíssima em ter em Portugal um largo espectro de bancos de destino para as exportações de capital. É evidente que as exportações de capital distribuídas por seis ou sete bancos dão menos nas vistas do que se viessem só para um banco, não é?

Haja em vista as tentativas desesperadas que interesses angolanos desenvolveram para comprar o Banif; haja em vista a criação do BIC e a ânsia de comprar o BPN, para alargar a dimensão e para tornar mais diluídos os movimentos de capital; haja em vista a participação da Eng.^a Isabel dos Santos no BPI; haja em vista a participação não sei de que interesses angolanos no capital do BIG, Banco de Investimento Global; haja em vista as diligências que a administração do banco privado Atlântico estava a desenvolver para ter uma «perna» em Portugal, efetivamente um banco de direito português chamado Banco Privado Atlântico Europa; haja em vista o enorme desejo de ter o controlo do BCP.

Portanto, a Sonangol estava interessadíssima em controlar o BCP. Se nos lembrarmos do namoro que o Eng.^o José Sócrates fazia, nessa altura, a Angola, está tudo visto. Foi uma conjugação de interesses que fez nascer o enorme desejo do Eng.^o José Sócrates de controlar o BCP. Tão simples quanto isto!

É importante que se diga que a minha ideia se foi formando ao longo de todo o ano de 2007. Em maio, em junho, não estava a ver o filme todo, nem de perto, nem de longe, porque quem desenhava a... Eu não me sentava ao lado das pessoas que desenhavam a estratégia — a estratégia estava a ser desenhada noutro lado — e as coisas começaram a ficar claras quando se

tornam públicas as listas para os corpos sociais que iriam ser eleitas nas assembleias de agosto, caso tivesse vencimento a proposta do Sr. Berardo e do Sr. Moniz da Maia para a destituição de cinco administradores.

Esses cinco administradores não são cinco administradores quaisquer, esses cinco administradores são os que, no dia 24 de junho de 2007, tomaram uma posição escrita perante o presidente do Conselho de Administração Executivo, Paulo Teixeira Pinto, proibindo-o de ir a Angola acompanhado dos administradores que tinham os pelouros internacionais — leia-se António Castro Henriques e Francisco Lacerda — assinar um acordo com a Sonangol e com o Banco Privado do Atlântico, nos termos do qual o BCP vendia 49,9% do capital do Millenium Angola à Sonangol e ao Banco Privado do Atlântico e o Millenium Angola tomava 10% no capital do Banco Privado Atlântico.

Porque esta operação era irregular, porque esta operação violava os estatutos, estes cinco administradores enviaram um *e-mail*, num sábado, creio que dia 24 de junho de 2007, ao Dr. Paulo Teixeira Pinto, dizendo-lhe — porque, no último número do acordo, dizia-se que «Este acordo será ratificado pelo Conselho de Administração do BCP — que esta operação, esta venda era irregular, que representava uma violação dos estatutos, que não a ratificaríamos, com o que se criaria um prolema que os Srs. Deputados podem facilmente imaginar.

É que, provavelmente, na cerimónia de assinatura do acordo estaria presente o Eng.º Eduardo dos Santos e todos os jornais e todas as televisões tomariam notícia da assinatura do acordo e se, quando aquelas pessoas regressassem, o acordo não fosse ratificado, o problema já não era do BCP, era um problema de Estado.

Portanto, estes cinco administradores enviaram um *e-mail* ao Dr. Paulo Teixeira Pinto, dizendo-lhe: «Não foi consultado o Conselho Geral de Supervisão. A operação não foi sequer discutida nos termos em que está

vertida no acordo, no projeto de acordo, não foi sequer discutida no Conselho de Administração Executivo, é uma violação dos estatutos. Fique a saber que nós não ratificaremos».

A viagem foi abortada e, de facto, não se fez. O acordo veio a ser celebrado em dezembro, creio que a 19 de dezembro de 2007, já comigo na presidência do BCP. E, um mês depois — estamos a 24 de junho e creio que a proposta tem data de 30 de julho — o Sr. Berardo e o Sr. Bernardo Moniz da Maia estão a fazer uma proposta à Assembleia Geral do banco, em agosto, para destituir o Sr. Pinhal e mais os quatro administradores que com ele tinham feito a comunicação ao Dr. Paulo Teixeira Pinto.

Portanto, Srs. Deputados, é o evoluir destas situações que me leva, muito tarde, a perceber o que estava a passar-se. É o evoluir desta situação para finais de outubro e todo o mês de novembro, quando o BPI faz uma proposta de fusão ao BCP, que era a salvação do BCP, era a salvação do BPI e a condição para que o banco resultante da fusão ser hoje um grande banco detido por portugueses e por capital português. Os seis acionistas de referência que ficavam no banco resultante da fusão era o Banco Itaú, do Brasil, era a La Caixa de Barcelona, era a Allianz, uma prestigiadíssima empresa de seguros alemã — isto do lado do BPI. Do lado do BCP, seria a Eureco, uma das maiores empresas de seguros da Europa, da Holanda, a Sonangol e a Teixeira Duarte.

Portanto, seis acionistas institucionais ficariam a controlar à volta de 40% a 50% do capital do banco que resultasse da fusão, mas aqui não havia lugar para nenhum elemento do grupo dos sete nos órgãos sociais do banco, como depois veio a acontecer, e o Sr. Berardo não seria capaz de ter o seu crédito reestruturado nas condições em que o teve, logo em 2008.

Portanto, o Sr. Berardo não conseguiria eleger para o Conselho de Administração o Dr. Carlos Santos Ferreira ou o Dr. Armando Vara e o Dr.

Vítor Fernandes, não teria o seu crédito reestruturado e não mandaria, não mandaria, de facto, no BCP.

Mas estas são coisas que, tijolo a tijolo, fui construindo no *puzzle* que ainda está incompleto; neste preciso momento, neste preciso ano, ainda venho a integrar elementos. Desde logo, quando o BCP «acaba» e muda de mãos, quando se dá a OPA (oferta pública de aquisição) da Caixa — é uma verdadeira OPA — sobre o BCP, começo a ver coisas espantosas: o Dr. Paulo Teixeira Pinto foi trabalhar com a construtora do Lena, o Dr. Francisco Lacerda foi trabalhar para a Cimpor com o Sr. Manuel Fino, o Dr. Castro Henriques foi trabalhar para a Soares da Costa, uma empresa do Sr. Manuel Fino. Bom, de facto, estas pessoas estavam todas unidas, estavam todas no mesmo barco e uns deram as mãos aos outros.

Como não acredito em milagres, é este conjunto de coisas que me leva a ter, na minha mente, claro o que se passou no ano de 2007.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me, agora, focar um pouco sobre a Caixa e o papel da Caixa.

Segundo depreendo das suas palavras, havia uma estratégia montada no centro de poder, partindo diretamente do Governo e do ex-Primeiro-Ministro, que passaria, nas suas palavras, por utilizar também o banco público, a Caixa Geral de Depósitos, para se conceder financiamento a certas pessoas, entre as quais o Sr. José Berardo, para que pudesse comprar ações do BCP, inserindo-se nessa estratégia de controlar o BCP e, dessa forma, alargar a influência, o controlo a três bancos que tinham 70% de quota de mercado no crédito.

Ora, nesta estratégia — estou a pegar agora nas suas palavras — exigir-se-ia a colaboração ou conivência, pelo menos, dos membros do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos para concederem esses empréstimos necessários para comprar ações do BCP.

A minha pergunta é a seguinte: na descrição que nos faz e nesse *puzzle* que diz estar a compor, inclui-se, também, o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e, em particular, o seu presidente à data, o Dr. Carlos Santos Ferreira?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, houve uma afirmação do Sr. José Berardo nesta sala que é parcialmente verdadeira. O Sr. José Berardo disse, nesta sala, que, em determinada altura, o Banco de Portugal, considerou que o BCP tinha demasiado crédito colateralizado com ações BCP e deu instruções ao BCP para reduzir esses créditos. É verdade! É verdade! Mas isso passou-se em 2001, 2003 e 2004.

Em 2004, numa carta datada de 4 de janeiro de 2004 — ou seja, a decisão é tomada e é comunicada verbalmente ao Conselho de Administração do BCP ainda em dezembro, mas é formalmente comunicado por carta do Governador do Banco de Portugal, é assinada pelo Dr. Vítor Constâncio, segundo julgo recordar-me —, diz-se ao BCP que o número ações que estavam a garantir empréstimos de clientes só podia descer, não podia subir — a seguir, explico a razão — e que o banco não deveria aprovar mais créditos a membros do Conselho Superior. Não era a quaisquer acionistas! O Banco de Portugal considerava que, no Conselho de Administração, onde estavam sentados à volta de 30 dos maiores acionistas do BCP, muitos deles beneficiários de crédito...

O Banco de Portugal identificou duas fragilidades no BCP: demasiado crédito concentrado naquele conjunto de devedores e um número de ações superior àquilo que Banco de Portugal achava desejável, sendo que o número de ações dadas em garantia cumpria o regulamento do Banco de Portugal e cumpria a lei, porque era inferior a 10%.

Numa primeira análise, o Banco de Portugal chegou a uma percentagem de 12%. Estou a dizer isto porque virão a esta sala outras

peessoas que, provavelmente, tentarão convencer e confundir os Srs. Deputados, dizendo, por exemplo — é uma hipótese que coloco —, que o Banco de Portugal apurou 12% do capital — o limite máximo é 10% e as ações dadas em garantia representavam mais de 10%.

O Banco de Portugal que, depois, aceitou o erro e corrigiu-o, juntou às ações penhoradas ou às ações dadas em garantia as ações chamadas «sob mandato de gestão». O que são as ações sob mandato de gestão? São aqueles clientes que investem um determinado valor em ações com capitais próprios ou com capitais alheios, ou a mistura, e dão ao banco. São as chamadas «contas de gestão discricionária», ou seja, o banco, de acordo com os seus critérios, pode, a todo momento, vender, comprar, substituir, consoante a evolução do mercado.

Essas ações, os contratos nessas condições, representavam à volta de 2,5% e é juntando estas ações que não estavam dadas em garantia que o Banco de Portugal, assumindo que o BCP podia dispor daquelas ações para comprar e vender, as considerou no lote. O BCP esclareceu as condições em que aquelas ações estavam, portanto, não estavam dadas em garantia, e o Banco de Portugal corrigiu a sua posição, aceitou as razões do BCP e disse: «Não chega a 10%, estão dentro da lei, mas, mesmo assim, o Banco de Portugal considera que é demais. Portanto, à partida, este número de ações só pode descer, não pode subir».

Nessa altura, é verdade que os administradores do BCP informaram os membros do Conselho Superior e os grandes devedores que o Banco de Portugal não queria aquelas ações dadas em garantia ao próprio banco e que eles deveriam escolher outros bancos para obterem condições de crédito e o BCP libertaria as ações.

Sucedo que, no *ranking* das instituições bancárias, o BCP era o número dois em depósitos e a Caixa era o número um; a Caixa era o número dois em crédito e o BCP era o número um. As administrações da Caixa nos anos de

2001, 2002, 2003 e 2004 consideraram que era uma boa maneira de fazer diminuir a carteira de crédito do BCP, remetendo-o para a segunda posição no *ranking*, e a Caixa Geral de Depósitos subir para a primeira posição, assumindo empréstimos garantidos por ações do BCP. Foi nessa altura que vários acionistas obtiveram crédito — só para efeitos desta Comissão, por exemplo, o Sr. Manuel Fino, para só falar de pessoas aqui citadas — da Caixa e passam para lá as ações do BCP. E o BCP teve uma grande descida no crédito colateralizado por ações do BCP.

Portanto, o que o Sr. Berardo disse... Mas isso, como eu digo, extinguiu-se em 2004.

Mas os Srs. Deputados pensem nisto: durante três anos — 2001, 2003 e 2004 — o Banco de Portugal fustigou — a palavra é mesmo esta, fustigou — o Conselho de Administração do BCP a pedir explicações sobre as *offshore*, que depois vieram a dar um grande romance, sobre o crédito concedido a membros do Conselho Superior, sobre as ações do BCP recebidas em garantia. Mandou a carta e deu instruções ao BCP no sentido de que aquelas situações deveriam estar todas regularizadas até 31 de dezembro de 2005. O BCP cumpriu, ponto por ponto, o que o Banco de Portugal lhe ordenou. O assunto esgotou-se em 2005.

Em março de 2005, foi eleito presidente do Conselho de Administração o Dr. Paulo Teixeira Pinto. De 2005 a dezembro de 2007, o Banco de Portugal não voltou a interpelar o BCP sobre estes assuntos.

O que é que qualquer pessoa deduz deste comportamento do Banco de Portugal? Deduz que estava satisfeito com o que tinha sido feito, em obediência e em cumprimento das suas determinações, que foi pontualmente transmitido ao Banco de Portugal.

O Banco de Portugal queria reportes trimestrais das operações de correção que tinha ordenado; esses reportes trimestrais foram todos feitos e durante os anos de 2005, 2006 e 2007 o Banco de Portugal não teve uma

única conversa com o BCP sobre os assuntos que achava que deveriam ser corrigidos.

O que se deduz disso? Deduz-se que o Banco de Portugal considerava o assunto superado. Por isso foi com grande surpresa da administração do BCP, pelo menos minha, que vi depois as declarações do Dr. Vítor Constâncio, muito encrespado, e todas as atuações que se sucederam, quando, no dia 1 de dezembro de 2007, o jornal *Expresso* e o jornal *Público* publicaram uma matéria sobre as *offshore* e a utilização de *offshore* para aumentos de capital, etc., revelações que, aliás, eram falsas mas constavam das denúncias do Sr. Berardo.

Eu não lhe respondi se considero...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Era isso que eu lhe ia dizer. Agradeço a sua resposta mas ainda não respondeu à minha pergunta.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Na minha ideia, o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara assumiram uma posição ostensiva nas assembleias de agosto de 2007, assembleias essas que propunham a destituição de cinco elementos do Conselho de Administração Executivo, a destituição dos elementos do Conselho Geral de Supervisão e a eleição de outros elementos. Aliás, isso consta do aviso da convocatória para a Assembleia Geral. Falei pessoalmente com o Dr. Carlos Santos Ferreira para saber se ele iria votar a minha destituição e ele respondeu-me: «A Caixa está contra essas propostas todas».

No dia da assembleia, eu não vi o representante da Caixa Geral de Depósitos votar e mandei um *sms* ao Dr. Carlos Santos Ferreira, a perguntar: «Carlos, o que é que se passa?». E tive como resposta o seguinte: «Filipe, nas condições em que as coisas estão a decorrer, a Caixa votará os pontos um por um». Portanto, não declarou oposição àquilo tudo. E eu aí — «branco

é, galinha o pão» — pensei que o Dr. Carlos Santos Ferreira estivesse envolvido na marosca, como se veio depois a verificar.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — «Envolvido na marosca» significa...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, significa disponibilizar-se perante o Sr. Governador do Banco de Portugal, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro para se transferir para o BCP!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas, ainda antes de irmos a essa parte,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Ah, sim, sim.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... ainda relativamente a estar «envolvido na marosca», e só para concretizar, pergunto: estava a colocar o banco público e o dinheiro dos contribuintes ao serviço de uma estratégia de controlo de um banco privado, o BCP, e inserido na tal estratégia mais global que incluía aquelas pessoas todas que o senhor referiu? É por isto que diz que ele estava «envolvido na marosca»?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim, só trocava a expressão «banco público» por «Dr. Carlos Santos Ferreira e Dr. Armando Vara». E não acrescento o Dr. Vítor Fernandes por uma razão muito simples: porque nas conversas telefónicas que tive com o Dr. Carlos Santos Ferreira, com vista à formação da lista liderada por ele, o Dr. Carlos Santos Ferreira disse-me: «eu queria levar também o Bandeira, mas o Ministro das Finanças disse-me que na Caixa teria de ficar uma pessoa da sua confiança pessoal.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Ainda relativamente a Carlos Santos Ferreira e à transferência dele e de Armando Vara para o BCP, isso inseria-se na estratégia? Ou seja, quando estavam na Caixa foram peças importantes na concessão daqueles empréstimos que permitiram assumir o controlo do BCP e, pouco tempo depois, seriam, digamos, premiados — não sei se utilizaria esta palavra —,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Como aconteceu.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... transferindo-se para o BCP.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — É isso, é exatamente isso.

Portanto, quem foi instrumentalizado não foi necessariamente o banco público, foram os seus dirigentes — presidente, vice-presidente e outros administradores.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — O tempo está a esgotar-se e, provavelmente, outros Srs. Deputados irão aprofundar essa questão do Ministro das Finanças e de um homem de mão lá na Caixa, o Bandeira, pelo que, para encerrar a sequência de perguntas, queria questioná-lo sobre o papel do Banco de Portugal nisto tudo.

O senhor, a 30 de julho de 2007, juntamente com outro administrador do BCP, o Sr. Christopher de Beck, pediu à direção de auditoria do banco que averiguasse um eventual nexo de causalidade entre os créditos concedidos a certos acionistas e o facto de, por anormal coincidência, fazerem parte da lista proposta para os órgãos sociais. Isto o senhor já referiu. O senhor e o outro administrador terão dado conhecimento disto ao Banco de Portugal...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não. Nós esperávamos...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Permita-me só que conclua a minha pergunta, que já não tenho tempo. Dirá o que entender sobre isto, a informação que eu tinha é que terá dado essa informação,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Posteriormente dei, na altura...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — ... mas pergunto-lhe como vê, nisto tudo, o papel do Banco de Portugal e, em particular, do seu Governador Vítor Constâncio.

Esta é a última pergunta que lhe faço, para encerrar.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Então, vou fazer a articulação.

No dia 30 de julho — ou um dia antes —, efetivamente, foram publicadas as listas com os nomes dos membros candidatos aos órgãos sociais do BCP, a serem eleitas na assembleia de 6 de agosto se por acaso tivesse vencimento a proposta da minha destituição e de mais quatro administradores. E eu reparei que havia vários nomes que tinham sido, se quiser, premiados ou beneficiados — as palavras talvez sejam muito fortes — por operações de crédito que não tinham passado pelo Conselho de Administração Executiva do BCP mas tinham sido aprovadas no banco de investimento, no BCP Investimento. Eram operações de grande volume, operações de reestruturação de crédito, e tinham sido aprovadas no banco de investimento. Achei estranha aquela coincidência — eu e o meu colega que coassinou a proposta —, que tivesse havido aquela coincidência entre pessoas que beneficiaram de aprovações de crédito quase «relâmpago», diria, naquele verão de 2007, e candidatos a cargos nos órgãos sociais do BCP.

Na altura, eu não dei conhecimento ao Banco de Portugal,...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Lembra-se quando o deu?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — ... mas quando o Banco de Portugal instaurou o processo de contraordenação em dezembro — ainda em dezembro de 2007 ou em janeiro de 2008 —, nesse processo eu fui ouvido pelo Banco de Portugal e, logo aí, entreguei cópia da minha proposta, que foi desvalorizada.

Vamos lá a ver: os Srs. Deputados, esta própria Comissão, já tiveram várias diferenças de entendimento com o Banco de Portugal e, em todas elas, prevaleceu a opinião da Assembleia da República. Mas imaginem que a divergência tivesse sido decidida pelo Banco de Portugal. O que é que aconteceria? O Banco de Portugal faria valer a sua posição.

Ora bem, pois foi! O Banco de Portugal instaurou um processo de contraordenação ao banco e aos seus administradores. O Banco de Portugal fez a instrução do processo. O Banco de Portugal promoveu as acusações. O Banco de Portugal aplicou as sanções. De que valeram as nossas razões? É evidente que eu, quando recebi a nota de culpa, entreguei as minhas razões, mas foram completamente desvalorizadas. E porquê? Porque os funcionários do Banco de Portugal que organizavam o processo de contraordenação sabiam o que o Sr. Governador queria e sabiam perfeitamente que, se as conclusões fossem adversas às declarações, que tinham sido já públicas, do Sr. Dr. Vítor Constâncio, a sua carreira, se calhar, ficaria por ali, porque nós sabemos o que as coisas são, não é?!

Portanto, a Comissão encarregada de fazer a instrução do processo desvalorizou completamente toda a argumentação das pessoas que estavam a ser acusadas e aplicou-nos sanções. Por acaso, no final, depois de dois

juízos, eu fui absolvido, mas outros colegas meus foram condenados. As coisas passam-se assim.

Portanto, queria dizer-lhe que eu e o meu colega de Beck assinámos essa proposta de análise pela auditoria de operações que nos pareciam suspeitas. Mas há mais: eu e o meu colega de Beck também recusámos uma operação ao Sr. José Berardo — também para investimento em ações, embora o dinheiro devesse ser transferido para o Banco Espírito Santo. Não foi por acaso que eu e o meu colega de Beck fomos convidados a sair da lista que ia às eleições de 15 de janeiro de 2008, pelo Dr. Vítor Constâncio.

O Dr. Vítor Constâncio virá aqui dizer que não há nexo de causalidade, que ele nem sabia destes assuntos. Mas, se ele vier aqui dizer isso, terá de esclarecer porque é que convidou o Presidente da Caixa e o Presidente do BPI para decidir sobre um assunto de um concorrente.

Acho, sim... A reunião foi convocada pelo Sr. Dr. Vítor Constâncio no dia 20, às 6 da tarde, já noite, não por acaso para dia 21 de dezembro, para a sexta-feira que precedia as férias de Natal, 4 dias em que os bancos ficaram fechados. Estas coisas não acontecem por acaso. Também pensei, na altura, que era por acaso. Depois é que vi que não.

O Sr. Dr. Vítor Constâncio convoca o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Fernando Ulrich a decidirem sobre a composição da administração do BCP, um seu concorrente direto! Penso que isto, em nenhum país do mundo, do primeiro, segundo, terceiro ou quarto mundo, alguma vez aconteceu!

Mas, já agora, quero-vos dizer que fiquei muito surpreendido que o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Fernando Ulrich não se tivessem sentido inibidos de participar numa reunião em que se decidia a vida de um seu concorrente. Isso também me causou alguma surpresa e devo dar nota aqui da minha surpresa.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr. Filipe Pinhal, agradeço a sua presença e tudo aquilo que já aqui nos disse.

Vou pedir-lhe para concretizar mais alguma coisa e dizer que, pelo menos desta vez, o requerimento, que foi aprovado por unanimidade, proposto pelo PSD para a sua vinda a esta Comissão está a resultar, porque estamos com alguém que tem uma memória fresca, ao contrário de outras audições em que, porventura, é preciso trazer algum medicamento para avivar a memória, algo que hoje ainda não foi necessário e é diferente face a outras audições.

Mas, Sr. Doutor, nós precisamos não só da sua opinião mas de evidências, porque, costuma dizer-se, opiniões há muitas. Precisamos de evidências que possam coincidir, fortalecer a opinião que nos está a dar.

A questão de partida é o financiamento ao Sr. Berardo para o assalto ao BCP.

O Sr. Doutor fez referência a que, por detrás de toda essa operação está o próprio Dr. Vítor Constâncio. Coloco-lhe a questão sobre que evidências tem disso e desde quando pensa — não é bem juntar as peças do *puzzle* mas mais desde quando pensa — que essa operação foi montada com cobertura do Banco de Portugal.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras, mas não tenho tanto mérito na minha memória fresca quanto lhe possa parecer. É que passei os últimos 12 anos da minha vida a tratar deste assunto para limpar o meu nome, um nome que foi... Queria escolher a palavra certa, mas não me ocorre nenhuma adequada e, vá lá, a palavra mais

benigna que encontro é miseravelmente, um nome que foi miseravelmente posto em causa pelo Banco de Portugal, leia-se pelo Sr. Dr. Vítor Constâncio, pelo Sr. Ministro das Finanças Teixeira dos Santos, e omito aqui o Sr. Eng.º José Sócrates porque nunca o ouvi pronunciar-se sobre este assunto, embora ache que os três constituem o triunvirato que não digo que tenha desenhado toda a operação mas deu a bênção a toda a operação.

É que não se pense que a Sonangol vinha de Angola desencadear uma tempestade em Portugal se não tivesse a concordância do Primeiro-Ministro. Aliás, a evidência da concordância do Primeiro-Ministro posso dá-la em mais um ou dois apontamentos. Portanto, quanto a isso, não cabe qualquer dúvida.

A última coisa que queria — já terão percebido! — era fazer aqui a defesa do Dr. Vítor Constâncio, do Dr. Carlos Costa, do Sr. Berardo, etc., e das suas surpreendentes faltas de memória. Simplesmente eu tenho uma vantagem: é que mexo nisto todos os dias.

Escrevi dois livros a explicar o que se passou no BCP. Tive de fazer consulta de fontes e ainda hoje faço consulta de jornais, ainda hoje procuro juntar essas peças, porque o *puzzle*, para mim, ainda está longe de ser dado por completo. Portanto, não tenho uma memória tão privilegiada assim. Isto são assuntos nos quais, se calhar, estive a mexer na semana passada, e no mês passado também estive a mexer.

Em resposta ao que me diz, em primeiro lugar, quero avançar com uma situação muito clara.

O Sr. Berardo, quando apareceu a lista do Dr. Miguel Cadilhe, disse, preto no branco, a um órgão de comunicação social: «o Dr. Miguel Cadilhe chega tarde, nós estamos a tratar disto desde maio».

Portanto, em maio há a primeira Assembleia Geral do BCP, em que, claramente, as linhas se demarcam e fica claro quem está do lado do Dr. Paulo Teixeira Pinto e como é que acontecem aquelas repetidas aparições do

Sr. Berardo no *Jornal das 9*, para ser entrevistado pelo jornalista Mário Crespo, de quem o Sr. Berardo dizia — disse-mo, a mim, mais do que uma vez — «eu vou lá quando quero, porque ele foi meu empregado em Joanesburgo. Em Joanesburgo ele foi o diretor d' *O Século de Joanesburgo* e era meu empregado, portanto eu vou lá quando quero».

Ficam aqui estes apontamentos.

Nada disto... Estou a dar estes pormenores, porque nada disto acontece por acaso.

Depois, quando o BPI apresenta, na última semana de outubro, a proposta de fusão ao BCP, é preciso ver que a junção dos dois bancos já tinha sido estudada pela Direção da Concorrência ao longo de um ano, quando o BCP lançou a OPA sobre o BPI.

Portanto, a Direção da Concorrência, o Prof. Abel Mateus já tinha dado as medidas que deveriam ser adotadas caso os dois bancos se juntassem, e também já tinha dito que, nesse caso, ficariam a mandar no banco seis acionistas institucionais — um da Holanda, outra da Alemanha, outro de Espanha, outro do Brasil, outro de Angola e outro de Portugal. E não era fácil a ninguém dispor... Portanto, isto ia contra a estratégia.

E ia contra a estratégia a este ponto: na altura, expliquei isto mesmo à Sonangol, dizendo à Sonangol que eles teriam vantagem em juntar-se a acionistas institucionais com estas ramificações geográficas — União Europeia, Brasil e Angola—, expliquei-lhes isto. E foi-me dito pelo Dr. Carlos José da Silva, que não é da Sonangol mas era o meu interlocutor habitual: «nós falámos com o Eng.º Sócrates, fomos ao Sr. Primeiro-Ministro saber qual era a posição em que devíamos estar e o Sr. Primeiro-Ministro disse-nos que o conselheiro dele para assuntos financeiros era o Dr. Carlos Santos Ferreira e que este lhe tinha dito que a operação era prejudicial para o sistema financeiro português».

Portanto, a única coisa que posso reportar aqui é uma afirmação do Dr. Carlos Santos Silva. Mas mais: no dia seguinte, ou dois dias depois de ser pública a proposta de fusão do BPI ao BCP, o Dr. Carlos Santos Ferreira deu uma entrevista, não sei se a um ou mais jornais, em que dizia que a Caixa votaria contra a fusão.

Mas acontece que, para a fusão poder andar e poder consumir-se, teria de ser aprovada pelo Conselho de Administração do BCP, pelo Conselho de Administração do BPI e teria de ir às Assembleias Gerais dos dois bancos.

Ora, de acordo com os estatutos do BCP, as operações de fusão, aquisição, vendas, etc., tinham de ser aprovadas por uma maioria de 75% dos acionistas, maioria essa que era impossível de atingir contando com o número de votos que representava o Sr. Berardo, a companhia de seguros Fortis, o Dr. João Pereira Coutinho, o Sr. Manuel Fino — no fundo, o grupo dos sete —, a Caixa Geral de Depósitos, a EDP, que também votaria contra, etc. Portanto, dava-se esta circunstância melindrosa: se o Conselho de Administração Executivo, com oito elementos, aprovasse a proposta com cinco votos contra três, a proposta de fusão aprovada em Conselho de Administração Executivo seria reprovada na Assembleia Geral. E havia um acionista que ia logo apresentar uma proposta de destituição dos elementos do Conselho de Administração Executivo, porque não tinham sabido interpretar a vontade dos acionistas.

Havia este melindre: a vontade dos acionistas expressa nesta votação é contra a fusão; aqueles cinco senhores aprovaram a fusão; portanto, eles não souberam aprovar, logo é razão para saírem. Havia este melindre.

Portanto, ao que parece, mas não tenho a confirmação, o Dr. Fernando Ulrich também terá ido falar com o Sr. Primeiro-Ministro — antes ou no momento em que apresentou a proposta — e o Eng.º Sócrates ter-lhe-á dito «é uma operação de mercado, o Governo não se mete», palavras que eu li do Dr. Fernando Ulrich.

Mas a verdade é que o Dr. Carlos Santos Ferreira — leia-se porta-voz do Governo para matérias financeiras —, deu uma entrevista a dizer que a Caixa ia votar contra. Portanto, aqui também é daquelas coisas que, como eu não tinha nascido na véspera, percebi que a sorte da fusão estava ditada, e assim o entendeu também o BPI, que declarou encerradas as conversações para a fusão.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Banco de Portugal protagonizou mesmo a realização de reuniões com vários acionistas para aferir uma lista alternativa.

Sabe, ou tem conhecimento, se nessa reunião o nome do Dr. Santos Ferreira foi logo colocado em cima da mesa?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Tenho de fazer o devido enquadramento dessa reunião, na medida em que isso esclarecerá a posição desempenhada, não digo pelo Banco de Portugal, digo pessoalmente pelo Dr. Vítor Constâncio.

Mas, antes disso, para que não eu não venha a ser acusado de mentir a esta Comissão, ou de ter mentido numa anterior, quero dizer aos Srs. Deputados que, sentado num lugar equivalente a este — não sei se nesta sala, se noutra — fui ouvido, em janeiro ou fevereiro de 2008, creio, pela Comissão de Orçamento e Finanças sobre a intervenção do Banco de Portugal no BCP.

Os Srs. Deputados presentes perguntaram-me qual tinha sido o teor de uma conversa havida na tarde do dia 20 entre o Sr. Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal e eu próprio — e, meia hora depois, o meu colega Christopher de Beck — e se o Banco de Portugal tinha imposto a minha saída da lista, e eu respondi que não. E, com toda a franqueza, esperava que quem me fez a pergunta me perguntasse a seguir: «mas, se o

Banco de Portugal não lhe disse para sair, porque é que você saiu?». É que gostaria de ter explicado aquilo que vou explicar agora.

Não me foi feita a pergunta e eu só devo responder, não devo vir para estas comissões vender teses, devo circunscrever as minhas respostas respostas ao que me é perguntado.

Portanto, foi-me perguntado: «Foi-lhe dito para sair?». Eu disse: «Não, não me foi dito para sair». O normal seria que me dissessem: «Mas você saiu. Porquê?». Então, no dia 20 de dezembro de 2007, fui convocado para uma reunião no Banco de Portugal. Estavam presentes o Dr. Vítor Constâncio e o Vice-Governador Pedro Duarte Neves.

O Dr. Vítor Constâncio disse-me: «Houve uma primeira denúncia do Sr. Berardo, que juntou um conjunto de documentos de aprovação de operações no BCP que nos suscitaram algumas dúvidas. Depois disso, no dia 11 de dezembro, o Sr. Berardo entregou uma segunda carta de denúncias com mais documentos que veio adensar as dúvidas que existem sobre a gestão do BCP. É meu dever informá-lo que o senhor e o Dr. Beck integram a lista que vai a votos no dia 15 de janeiro de 2008 e quero alertar-vos dos riscos que isso comporta para o BCP na medida em que pode vir a ser apurada matéria que nos obrigue a retirar-vos a idoneidade. Isso é muito mau para o Banco.»

Esta foi uma conversa que foi tida comigo às 18 horas e foi uma conversa curta. Saí e quando cheguei ao Banco soube que o meu colega Beck tinha sido chamado imediatamente a seguir à minha saída. Mas também soube outra coisa, na noite, já, do dia 20 de dezembro. É que havia vários acionistas do Banco a serem convocados para uma reunião no dia seguinte no Banco de Portugal, acionistas esses que tinham mais de 2%.

Percebi que a coisa era mais complicada do que o que me tinha sido dito. Nessa altura, ainda não tinha saído da lista. Só que, no dia seguinte, pelas 18 horas, sexta-feira, 21 de dezembro, assinalo isto de uma forma

muito precisa... Noite de sexta-feira, os trabalhos já estavam encerrados, os bancos já estavam fechados, os acionistas do BCP dispersos a prepararem o Natal, o dia seguinte é sábado, dia 22, dia 23 é domingo, dia 24 de dezembro, véspera de Natal, os bancos não trabalham e terça-feira é dia de Natal. Portanto, quem queria assaltar o BCP dispunha de quatro dias, e ninguém me convence de que estes quatro dias não foram preparados para executar o plano de assalto ao banco que consistiu nisto: na conversa — não estive lá, mas sei de relatos... Aliás, basta ler o livro *Terramoto BCP* da jornalista Maria Teixeira Alves que faz uma descrição perfeita do que se passou neste mês de dezembro, de todos os eventos do mês de dezembro de 2007 e diz, a certa altura, que, por alguma razão, o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira tinha sido convocado para aquela reunião...

Estou convencido de que o Dr. Fernando Ulrich só lá foi para disfarçar. O BPI tinha nessa altura uma posição de 10% no capital do BCP.

Portanto, a única maneira de tornar normal uma coisa profundamente anormal, que era ter o Presidente da Caixa Geral de Depósitos a decidir sobre o BCP, era pôr lá outro presidente, Dr. Fernando Ulrich, que até tinha querido fazer a fusão com o BCP.

Segundo o relato do livro, nessa reunião, a certa altura, o Sr. Berardo ter-se-á voltado para o Dr. Carlos Santos Ferreira e ter-lhe-á dito: «Agora só falta tu avançares».

Não por acaso esta reunião continuou no dia seguinte, já em instalações da EDP. Até hoje não consegui perceber por que é que a EDP, então não privatizada, acolheu uma reunião em que se decidia a composição do Conselho de Administração do BCP.

Dia 22 foi sábado e se os Srs. Deputados tiverem o cuidado de ir às notícias da tarde do dia 22 de dezembro e ao que foi publicado nos jornais no dia 23 desse mês está lá com todas as letras: Carlos Santos Ferreira, futuro presidente do BCP.

Regressados ao trabalho, depois do dia 25, depois do Natal, houve uma reunião do Conselho Superior, nos últimos dias de dezembro, talvez, 30 ou 31. O Conselho Superior não era um órgão social, mas era um corpo societário onde estavam representados à volta de 30 acionistas com as maiores posições de capital e onde foi discutido qual a posição a tomar face à determinação do Banco de Portugal e face aos factos que, na altura, eram do conhecimento público.

Uma parte dos acionistas, por acaso os que tinham menos posições de capital, era favorável a que se enfrentasse o Banco de Portugal. Os que tinham maiores posições de capital não eram favoráveis, designadamente a EDP não era favorável.

A minha opinião é que não se devia enfrentar o Banco de Portugal, porque dizia aos acionistas, e era incitado por uma parte dos acionistas a manter-me com o meu colega Beck, que não era possível gerir um banco contra a vontade do supervisor. Não é possível!

Eu dizia: «Quem vai sofrer é o banco! O BCP já foi suficientemente atacado, já teve danos de imagem e de reputação em dose suficiente para entrar agora numa guerra que já não é a de enfrentar o Sr. Berardo, mas o Banco de Portugal e, atrás disso, a CMVM! Não faz sentido absolutamente nenhum, façam favor de escolher outra lista!»

Foi só nessa altura, só depois da reunião com o Conselho Superior, que eu e o meu colega Beck decidimos, para facilitar as coisas e ajudar a colocar o BCP numa trajetória de normalidade, sair.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Na sua opinião, pelo que nos está a contar, o Banco de Portugal teve um papel decisivo nessa operação, extravasando um pouco o normal nas funções de supervisão...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não é extravasando um pouco, é extravasando completamente! Extravasando grosseiramente! Se se quiser, extravasando ilicitamente!

Peço desculpa pela correção, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, tendo, por regra, ser diplomata e foi por isso que utilizei essa expressão para não dizer que o fez deturpando mesmo as suas funções.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas não é a minha forma de intervir,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Mas é a minha!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — ... por isso é que utilizei a outra.

Mas extravasando as suas funções, sem qualificativo, para participar nessa operação. Porventura, assim também se entende o papel do Banco de Portugal na autorização do aumento de capital do Sr. Berardo com o financiamento da Caixa, quando o Banco de Portugal, aí, sim, podia, se quisesse também, ter feito uma intervenção claríssima de considerar que aquela fonte de financiamento não era a mais aceitável para a operação de aumento da exposição do Sr. Berardo no BCP.

Portanto tudo se conjuga para se perceber que não foram atos isolados, mas que fizeram parte de um *puzzle* em que o Banco de Portugal e o seu Governador em particular e, talvez, o Vice-Governador também tiveram um papel decisivo.

Agora, coloco outra questão, do ponto de vista da Caixa Geral de Depósitos: é normal que uma instituição financeira tenha uma exposição direta e indireta tão grande a um concorrente e, nomeadamente, a um concorrente do setor financeiro, visto que grande parte do financiamento que estava a conceder era sempre com as ações dele?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Aí, tenho de dizer o seguinte: sobre a autorização ou a luz verde que o Banco de Portugal deu para o Sr. Berardo ultrapassar a fasquia de capital de 5% e ir até aos 9,99% que solicitou, penso que todos têm presente que quando se ultrapassa os 2% de posição de capital, essa posição chama-se «posição qualificada» e tem de haver um aviso ao mercado, no *site* da CMVM, nos jornais e tem de haver uma comunicação ao Banco de Portugal. Essa posição passará a ser controlada.

Aliás, do relatório dos bancos faz parte obrigatoriamente um capítulo com a lista das participações qualificadas, para se saber a qualidade das pessoas que detêm o capital daquele banco e que o controlam.

Para se ultrapassar os 5% já é preciso autorização do Banco de Portugal. É preciso um pedido prévio de autorização e só depois de o Banco de Portugal autorizar é que a posição pode ser adquirida em mercado.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Permita-me interrompê-lo. Nesta lógica, a posição do Banco de Portugal é sobre a idoneidade, mas também sobre as fontes de financiamento que são solicitadas.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Exato, exato.

O candidato à compra, à ultrapassagem dos 5% tem de informar o Banco de Portugal sobre qual é a origem dos fundos que vai aplicar. Só nessa medida é que o Banco de Portugal é chamado a dar a luz verde.

O Banco de Portugal não diz à Caixa Geral de Depósitos: «Aprove esta operação.» O Banco de Portugal diz ao Sr. Berardo: «Está autorizado, sabendo que o senhor vai ser 100% financiado pela Caixa Geral de Depósitos».

Quanto à segunda parte da pergunta do Sr. Deputado, sobre se é normal ou não é normal esta concentração de riscos, não posso pronunciar-me porque não sei quais são os critérios de controlo de risco relativamente à concentração de risco numa mesma entidade. No fundo, a concentração de risco era risco BCP.

Há muitas maneiras de medir o risco, não é? Uma delas é, por exemplo, a concentração... Até se chama, e há regulamentos próprios sobre isso, risco país. Os bancos controlam e têm de fazer reporte de todo o crédito que têm sobre entidades domiciliadas noutros países para se saber qual é o risco desse país, desde logo, e aquilo que se pode esperar da sorte desse crédito.

Ora bem, o crédito concedido ao Sr. Berardo, ao Sr. Fino, à Teixeira Duarte, ao Dr. João Pereira Coutinho, segundo li no jornal, ao Dr. Goes Ferreira, segundo li no jornal, tudo colateralizado por ações BCP, indiciava um nível de risco que alguém deve ter medido na Caixa Geral de Depósitos.

Mas, não sabendo eu quais são os eram os critérios de análise, ao tempo, da Caixa Geral de Depósitos, não posso pronunciar-me relativamente à normalidade ou não normalidade da aceitação daquele nível de risco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Estou a colocar-me no cerne da Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Exato, exato.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A Comissão de Inquérito está a avaliar a administração e os atos da administração da Caixa Geral de Depósitos durante um largo período, em que estas operações resultaram em perdas de milhares de milhões de euros para a Caixa Geral de Depósitos e para os contribuintes.

Resta perceber se essas operações, do ponto de vista da gestão, faziam sentido ou não. Isto porque, muitas delas, até foram aprovadas com pareceres negativos do Risco.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Pois.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Dada a sua experiência como administrador na área financeira, considera que isso seria um ato de gestão normal?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Seria desaconselhável. Na minha opinião, seria desaconselhável uma tão grande concentração de risco numa única entidade chamada BCP, porque, se a ação BCP variasse muito e caísse muito, havia uma exposição não apenas no crédito sobre o Sr. Berardo mas em todos os outros colateralizados por ações do BCP.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — E, por isso mesmo, dificultava a execução das próprias garantias.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Bom, aí, o Sr. Deputado está a levantar um problema que deixo a esta Comissão, que é o seguinte: não interessa apenas ver quem autorizou as operações e como o fez; interessa, mais do que isso, ver qual foi o desenvolvimento das operações. A garantia foi-se desvalorizando.

Essas operações, na Caixa... Ao que parece, no BCP, a reestruturação de crédito terá acontecido no início de 2008. Na Caixa Geral de Depósitos, parece que aconteceu em 2009. Depois, em 2011, há uma reestruturação de crédito já combinada entre os três principais credores: Caixa Geral de Depósitos, BCP e BES. Parece que aí a negociação das garantias, etc., já foi conjunta. Mas há que ver se no desenvolvimento da operação. É que esses empréstimos, quando foram contratados, tinham uma data de vencimento. Portanto, na data de vencimento, ou logo que a cotação das ações BCP tivesse uma queda superior ao nível tomado como limite, deveriam ser todas vendidas de uma vez só.

Assisti à audição do ex-administrador da Caixa Francisco Bandeira e ele afirmou uma coisa que é parcialmente verdade: quando a cotação de um título cai, se todos os bancos forem «despejados», isso agrava ainda. Pois é, mas aí há que ver qual é o interesse. Aí, já a Caixa tem de fazer uma avaliação sobre a probabilidade de recuperação da cotação BCP, com base numa análise bem fundamentada, porque esta queda pode ser momentânea ou pode ser uma queda que se vai arrastar no tempo.

Ora, tendo em conta a «metralha» que havia no BCP nessa altura, era muito pouco provável, repito, era muito pouco provável que o banco não fosse atingido por danos de reputação, de imagem, de confiança, que viabilizassem a subida.

O que vou dizer são rumores de mercado, ninguém mo disse da Caixa. Dizem-me que a Caixa Geral de Depósitos adotou o seguinte tratamento, no momento do vencimento das operações do Sr. Berardo: vendia ações suficientes para pagar os juros. Se isto foi assim, repito, se isto foi assim, foi uma medida completamente errada, porque se a dívida se mantém e são vendidas partes da garantia para pagar os juros, vai haver uma altura em que a garantia se esgotou e sobra a dívida sem nenhum tipo de garantia. Se isto

foi assim! Isto, entre pessoas que estão no mundo financeiro e que conversam, causou muita estranheza que tivesse sido este o tratamento.

Agora, uma questão que tem de se pôr é a seguinte: quem é que enfrentava o Sr. Berardo nessa altura, quando o Sr. Berardo era das pessoas mais poderosas deste País?

Vou fazer uma afirmação que vos vai surpreender, mas assumo a responsabilidade pela afirmação: de 2008 até 2012, o presidente do BCP foi o Sr. Berardo. Estão surpreendidos? Explico porquê. O Sr. Berardo foi eleito, creio que em maio de 2008, Presidente da Comissão de Remunerações. Fazia parte da Comissão de Remunerações, e como vogal estava o Sr. Luís Champalimaud. O Sr. Luís Champalimaud era Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira tinha sido empregado do Sr. Luís Champalimaud na companhia de seguros Mundial Confiança. Portanto, estava num plano de claramente subordinado. Era o empregado a falar para o patrão.

Olhando para o perfil do Sr. Berardo, para o perfil do Sr. Luís Champalimaud e para o perfil do Dr. Carlos Santos Ferreira, não tenho nenhuma dúvida de que o Sr. Berardo, na Comissão de Remunerações, falava grosso ao Sr. Luís Champalimaud. O Sr. Luís Champalimaud não é homem de enfrentar o interlocutor. Calava e dizia ao Dr. Carlos Santos Ferreira: «Olhe, o que ele quer é isto». E qual dos dois é que se atrevia a enfrentar o Sr. Berardo? E como é que o Dr. Carlos Santos Ferreira enfrentava o Sr. Berardo, sabendo que foi o Sr. Berardo que o pôs no BCP? E como é que a administração da Caixa Geral de Depósitos enfrentava o Sr. Berardo, sabendo a «metralha» que o Sr. Berardo era capaz de fazer a partir do *Jornal das 9*, da SIC, sobre a administração da Caixa? É preciso ver que o Sr. Berardo, na altura, tinha um poder de fogo extraordinário! Metralhava sobre quem quisesse. Repito, metralhava sobre quem quisesse.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas, Sr. Doutor, esse poder vinha de cobertura política?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não sei se vinha de cobertura política. Que a atuação deste poder convinha muito a quem quisesse controlar o BCP, não tenho dúvida absolutamente nenhuma. Que o Sr. Berardo era devedor do Eng.º José Sócrates pelo favor que lhe tinha feito de acolher a Coleção Berardo, também não tenho dúvida nenhuma. O resto são deduções para cada um. Para mim, é claro. Para outras pessoas, é capaz de não ser tão claro.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Regressando à administração da Caixa.

O Sr. Doutor conhece as nossas preocupações com estas operações concedidas para compra de ações do BCP, garantindo-as com ações do BCP, correspondendo o seu volume a operações de concentração de risco porventura excessivo, o que significa que não são racionais do ponto de vista de uma administração racional, fazendo aqui um pleonasma. Daí a cobertura, a necessidade de haver uma orientação política para que tal acontecesse.

Tem evidências dessa orientação? Já que mencionou, por vezes, o nome do Prof. Teixeira dos Santos e do Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se tem evidências, para não ficarmos só na esfera das opiniões, de que essa pressão possa ter existido junto da administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não tenho evidências, mas tenho uma forte presunção, porque, do ponto de vista do Sr. Berardo, a subida de 3,88% para 7,001%, que tinha no dia 31 de dezembro de 2007, é absolutamente inútil. Não lhe dá mais poder. É que não lhe dá mesmo mais poder! Aquelas ações que ele comprou, nas quais investiu entre 350 e 400 milhões de euros, apenas

compraram votos para afastar o Eng.º Jardim Gonçalves e a sua equipa do BCP. Não tem outra finalidade! Não há uma finalidade económica na operação.

Quando se aprova um crédito, tem-se em conta o devedor, tem-se em conta o montante, tem-se em conta o prazo, mas também se tem em conta o objeto da operação. O objeto era comprar ações. Mas comprar ações para quê, se o senhor já tinha mais de 4%, na altura?! Em maio tinha 3,88%, mas em agosto já devia ter mais 4%. Para quê comprar?! Para quê?! Para mandar mais? Mas ele já mandava o suficiente. Portanto, não tem lógica nenhuma. Do ponto de vista do investidor, não tem lógica nenhuma. Obviamente, quem concede o crédito, quem aprova o crédito, também teria de dar muitas voltas para descobrir o interesse económico na aprovação daquele crédito.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Que resultou num assalto ao BCP.

Como é que junta as peças para incluir o Prof. Teixeira dos Santos e o Primeiro-Ministro?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, o Presidente, o Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos e mais um administrador não deixam o seu lugar para assumir um lugar num concorrente sem a aprovação do Governador do Banco de Portugal, do Ministro das Finanças e do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Dr. Carlos Santos Ferreira estava em fim de mandato.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Porventura, poderia não ser reconduzido e um convite de um concorrente é sempre algo simpático quando não se tem a certeza se se mantém em funções.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Bom, essa é uma interpretação benévola, que não coincide com a que tenho, não é?! É que, para mim, esta transferência é uma operação política pura e simples, do princípio até ao fim.

É preciso ver que o problema não está só na transferência do Dr. Carlos Santos Ferreira, do Dr. Armando Vara e do Dr. Vítor Fernandes da Caixa para o BCP. O problema é que se levanta outro, que também tem de ter a autorização do Governo, que é a sua substituição na Caixa Geral de Depósitos. A escolha dos substitutos também é uma decisão que carece de aprovação do Banco de Portugal, do Ministério das Finanças e, tratando-se de um banco público, é altamente provável que seja também necessária a não oposição, pelo menos, do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas tem conhecimento de algumas reuniões, de alguns atos concretos que possam ter existido destes dois responsáveis políticos para que essas operações ocorressem?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não tenho.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Então, estamos a falar, neste momento, de uma teoria, vamos dizer assim, que o Sr. Doutor expõe.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas uma ligação comprovada, o Sr. Doutor não nos consegue...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Só consigo dizer que a mudança, a nomeação e a saída de elementos, de administradores do banco público, não se fazem se não existir luz verde da parte da cadeia que passa pelo banco central, vai ao Ministério das Finanças e ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas, enquanto existiram reuniões no Banco de Portugal para esse efeito, com a presença, nomeadamente, do Dr. Carlos Santos Ferreira e com o nome dele em cima da mesa, não tem conhecimento de reuniões semelhantes que possam ter existido na esfera política?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não tenho conhecimento. A única reunião de que tenho conhecimento que indicia uma vontade de afastar as pessoas do BCP e de controlar o banco através de pessoas da confiança do Governo é a reunião do dia 21 de dezembro, quando o Dr. Vítor Constâncio chama um conjunto de sete ou oito acionistas que tinham mais do que 2%. Aliás, não se percebe o critério, porque nem todos os acionistas com mais de 2% foram convocados para a reunião.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Para terminar, coloco esta questão: havendo um eventual interesse de controlo por parte do poder político também do BCP, quando é que sentiu que existia essa vontade e que essa estratégia estava a ser montada? A partir de quando é que essa estratégia estaria a ser montada? Ela concretiza-se no final de 2007, princípios de 2008, mas a existir, teve de se iniciar muito atrás.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Mais uma vez, relembro a afirmação do Sr. Berardo: «Nós estamos a tratar isto desde maio». Primeiro ponto. Mas,

atenção, só soube disto em dezembro. Portanto, em maio, eu estava na mais completa inocência.

Comecei a perder a inocência no final de julho, quando vi a composição das listas para os órgãos sociais que foram à assembleia de 6 de agosto. Aí, achei coincidências a mais. Entrarem as pessoas da Ongoing, por exemplo. A que propósito? Nem tinham grande posição no banco. Entrarem todos os elementos do «grupo dos sete», não tinha grande... Entrar o Sr. George Taniskidis, que era o administrador-delegado do banco grego... Eram coisas que não...

No fundo, separarem-se, fazerem uma quebra numa equipa e ficarem nos corpos sociais o Dr. Paulo Teixeira Pinto, o Dr. Castro Henriques, o Dr. Francisco Lacerda e o Sr. Boguslaw Kott, achei estranho.

Normalmente, uma equipa, quando se desfaz, não há uns que ficam de um lado e outros... A partir daí fiquei a saber que havia um «cavalo de Troia» dentro da administração do BCP e que estava a caminhar numa pista diferente dos outros, com objetivos próprios de controlo do banco.

Depois, pela forma como decorreu o posicionamento da Caixa Geral de Depósitos, da EDP e, ao que parece, do Governo — ao que parece porque há uma terceira entidade no meio disto, que é a Sonangol —, em que todos são contra a fusão do BCP com o BPI, aí já com claríssimo envolvimento do gabinete do primeiro-Ministro, com toda a franqueza, comecei a ver as coisas com uma outra luz. Para mim, a partir daí, era claríssimo que a política e a influência do Governo tinham tido uma participação muito, muito acentuada em tudo o que se tinha passado a partir de maio de 2007.

Mas foi preciso, primeiro, colocar-me em finais de julho/agosto e depois colocar-me no mês de novembro, quando decorrem as negociações para a fusão, e fui vendo os alinhamentos contra e a favor da fusão.

É preciso ver que a fusão representava a salvação de dois grandes bancos, dois dos cinco maiores. É preciso ver que no próprio BPI, nessa

altura, também se via uma certa fragilidade na elevada participação que tinham o La Caixa, o ITAU e a seguradora Alliance, participação essa que seria diluída num conjunto mais alargado, com um capital que praticamente multiplicava por três o do BPI, porque o BCP tinha o dobro do capital do BPI. E, como digo, as posições acionistas dominantes seriam todas institucionais, não seriam pessoais, não estariam alavancadas em financiamentos — eventualmente, fora o caso da Teixeira Duarte, onde haveria algum financiamento —, e uma participação com parceiros que dificilmente poderíamos conceber que se juntassem todos contra os interesses nacionais, porque um era holandês, outro era alemão, o outro era espanhol, o outro era brasileiro, o outro era angolano e havia um português.

Portanto, hoje, se a fusão tivesse ido para a frente, se não tivesse sido contrariada pelos acionistas alinhados com o poder público, que não o terão feito por sua iniciativa... Vamos ser realistas. O Dr. Carlos Santos Ferreira não dá uma entrevista no dia seguinte à apresentação da proposta de fusão a dizer que a Caixa vai votar contra se não tivesse concertado com o Governo. Se me disserem que ele não concertou esta posição com o Governo, tudo bem, passo à frente, mas obviamente não acredito.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Filipe Pinhal.

Depois das perguntas colocadas e das respostas dadas aos Grupos Parlamentares do PCP e do PSD, julgo que a pergunta capital e a resposta mágica para aquilo que nos trouxe hoje é quem enfeitiçou o Sr. José Berardo. De facto, só o próprio poderá desvendar quem é que o enfeitiçou para que o próprio levasse a sua estratégia de aumento da sua posição acionista dentro

do capital do BCP, mas certamente que essa resposta não vai ser dada hoje porque se o Sr. Dr. Filipe Pinhal soubesse a resposta com evidência já a teria dado e não o fez.

Porém, o Sr. Dr. Filipe Pinhal trouxe-nos dados novos, dados muito relevantes acerca do que foi o envolvimento de algumas entidades públicas reguladoras, supervisoras, neste caso o Banco de Portugal, à época com amplos poderes de supervisão, mais amplos do que hoje, e também da CMVM.

No que diz respeito ao envolvimento do Banco de Portugal na operação de concessão de crédito da Caixa a acionistas do BCP e o que foi também a participação do Conselho de Administração do Banco de Portugal em relação à constituição da nova administração do BCP, o que nos disse hoje é altamente relevante para que esta Comissão de Inquérito possa ter matéria adicional e decisiva para audições que serão ainda realizadas. Gostaria de lembrar que iremos ouvir novamente o Sr. Dr. Vítor Constâncio mas também o Sr. Dr. Pedro Duarte Neves, que era Vice-Governador à época e que também veio cá e não falou de nenhum destes momentos.

Há três reuniões que não foram referidas por Vítor Constâncio e por Pedro Duarte Neves: a reunião do Conselho de Administração que autorizou o aumento da posição de José Berardo para uma posição qualificada no BCP; as reuniões de 20 e 21 de dezembro de 2007, para que o Sr. Dr. Filipe Pinhal foi chamado, não só para lhe colocarem a questão da presumível falta de idoneidade para continuar com administrador do BCP; e a reunião de 21 de dezembro, à qual, supostamente, pelo que o Sr. Dr. Filipe Pinhal nos disse, foram chamados Carlos Santos Ferreira e Fernando Ulrich, para falarem sobre o futuro do BCP, sobre a nova administração do BCP.

Portanto, além de aguardarmos uma segunda audição de Vítor Constâncio, também estamos à espera de uma segunda audição de Pedro

Duarte Neves. Se achar que é fundamental trazer matéria nova sobre Pedro Duarte Neves, para esta Comissão é importante.

Como sabe, iremos também ouvir o Professor Teixeira dos Santos e estamos também a tempo de fazer novas perguntas ao ex-Primeiro-Ministro José Sócrates sobre tudo isto, sobre as ligações e acerca do seu eventual envolvimento nas decisões que foram tomadas sobre a Caixa e o BCP.

Mas esta Comissão debruça-se essencialmente, sem prejuízo da importância de tudo aquilo que disse, sobre as decisões que foram tomadas pelas administrações da Caixa Geral de Depósitos relativamente aos créditos garantidos por títulos, no caso concreto, créditos concedidos a personalidades, a empresas e universos empresariais que adquiriram ações do BCP dando como colaterais as próprias ações.

Uma pergunta que gostaria de lhe colocar é a seguinte: de tudo o que sabe, concorda que houve uma facilitação na concessão destes créditos, porque já estaria previamente decidida a sua concessão a estas personalidades e a estas empresas, nestes determinados montantes, porque o que presidia a isto tudo, o que se impunha aos critérios da concessão de créditos e aos montantes era uma estratégia de tomada de poder no BCP por parte dos protagonistas de que falou?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, a única coisa que posso dizer é que é essa a minha convicção, na qual sou acompanhado por muitas pessoas que não tiveram nada a ver com o BCP, testemunhas perfeitamente independentes.

É preciso ver que sobre o que se passou no BCP já foram escritos uns sete ou oito livros e todos eles apontam no mesmo sentido. Eu próprio escrevi dois livros, um em 2009 e outro em 2011, em que faço exatamente estas acusações ao Banco de Portugal, ao Governo, etc., a quem esteve implicado, e nunca fui desmentido, nunca fui contraditado, pelo menos na praça pública.

Aliás, o que eu disse aqui hoje, disse-o nas audiências de julgamento dos recursos das condenações do Banco de Portugal, da CMVM e do processo-crime. Portanto, não estou a dizer aos Srs. Deputados nada que não tenha dito antes. Algumas coisas na presença, desde logo, dos advogados do Banco de Portugal e da CMVM, mas algumas vezes também na presença, por exemplo, do Dr. Carlos Costa, que também foi a tribunal prestar depoimento. Por isso, não há nada de novo.

É a minha firme convicção que houve uma teia urdida em vários pontos, que teve, na minha opinião, um diretório claro constituído por José Sócrates, Teixeira dos Santos e Vítor Constâncio, e depois teve vários operacionais, cada um deles a fazer o seu papel.

Por exemplo, não podemos descartar a pressão que foi feita nos jornais. Basta ir ver a SIC Notícias, pela abertura que deu ao Sr. José Berardo, mas também a enorme campanha que foi movida pelo *Diário Económico* dessa altura, dirigido pelo jornalista Martim Avilez de Figueiredo, contra o BCP, em que eram diários os ataques ao BCP e as revelações de pretensas irregularidades passadas no BCP.

Como operacionais, não deixo de apontar os dois sócios da Ongoing, o Sr. Nuno Vasconcelos e o Sr. Rafael Mora, que apareceram neste imbróglio todo a desempenhar um papel de ativistas que foi notório. Por acaso, depois, vi-os a fazer exatamente a mesma coisa na PT. Portanto, são pessoas que se dedicavam a alimentar guerras em grandes empresas cotadas, eventualmente com interesses nas participações que teriam, que não faço ideia se seriam grandes ou pequenas.

Se me diz para mostrar qual a evidência que tenho de ordens que emanaram do Governo ou do Banco de Portugal, a única coisa que posso indicar é a reunião de 21 de dezembro, promovida pelo Dr. Vítor Constâncio, e a decisão que começa aí, e depois a não oposição do Governo à transferência de três administradores da Caixa para o BCP e o

comportamento do Governo e das entidades públicas, com participação de capital do Estado, para fazer abortar a fusão do BPI com o BCP. Para mim, isso são evidências. Não há como lhe dar a volta!

Mas, como digo, não sei quem desenhou o plano. A única coisa que sei é que o representante da J. P. Morgan da altura, o Professor António de Sousa, realizou diversíssimas reuniões no seu escritório, onde foram chamados, designadamente, os elementos que deram o seu acordo a figurarem nas listas para a eleição em 2007. Não se percebe o que é que o Professor António de Sousa tinha a ver com o BCP. Não era acionista relevante, não era nada. Estaria a atuar como profissional liberal? Foi pago para isso? Não faço ideia.

Tanto quanto sei, das reuniões do Banco de Portugal fazem-se atas. Onde está a ata da reunião no Banco de Portugal de dia 21 de dezembro de 2007? E o que é que diz essa ata? Com certeza que o Banco de Portugal haveria de munir-se de elementos de prova quanto ao que foi tratado naquela reunião. Não me passa pela cabeça que não tenha sido feita uma ata dessa reunião. Seria muito estranho.

Se há atas de todas reuniões do Banco de Portugal que permitem verificar se o Dr. Vítor Constâncio esteve ou não presente em determinada reunião, de certeza que também haverá essa ata, que é com certeza um elemento de prova importante.

Agora, há uma coisa que para a qual queria alertar os Srs. Deputados. O Banco de Portugal tem poder que lhe advém da lei mas também tem poder que lhe advém da autoridade do governador.

Comecei a trabalhar na banca em 1973. Em 1973 era Governador do Banco de Portugal o Professor Pinto Barbosa. Não havia regimento das instituições de crédito, não havia toda a parafernália de normas, regras, etc., que vêm do BCE, não havia toda a legislação — que, se os Srs. Deputados me permitem, é perfeitamente inútil —, o que havia, aquilo com que o Banco

de Portugal administrava a orientação do sistema financeiro nacional era o Decreto-Lei n.º 42 641, de 1959. O que havia era a autoridade do Governador e nenhum banco se atrevia a ir contra um simples telefonema do Governador ou uma reunião em que o Governador desse qualquer orientação. E nessa altura não havia legislação: Portugal atravessou a guerra das colónias, a economia portuguesa esteve sujeita a dificuldades de toda a monta e não aconteceu o que aconteceu a partir de 2005, porque foi a partir de 2005 que o sistema financeiro, e não apenas o sistema financeiro português como também o espanhol, o italiano, o francês, o inglês, etc., tudo se desmoronou.

É claro que a crise de 2007-2008 teve um impacto fundamental, mas não foi a mesma coisa o impacto que teve em Portugal e que teve noutros países. É preciso ver que Portugal era um país tomador de dinheiro, não era um país investidor, portanto, Portugal não comprou os títulos de alto rendimento resultantes do crédito à habitação e do crédito ao consumo dos Estados Unidos da América, que foram empacotados e vendidos para todo o mundo, dos Estados Unidos da América à China, como produtos de alto rendimento, depois produtos vistos como tóxicos.

Mas que houve uma enorme complacência, negligência, dos bancos centrais, houve; que corriam dias ou anos de abundância, em que o crédito era fácil e barato e «para a frente é que é o caminho», é verdade; que nessa altura, as universidades, os consultores, etc., centravam as suas atenções no resultado do trimestre e era preciso que os lucros apresentados a cada trimestre superassem o do trimestre anterior, senão havia gravíssimas críticas à equipa de gestão, é verdade, isso é verdade! Mas, no meio disto tudo, aparecem estas atuações, mais ou menos anómalas, como a que se verificou no BCP, que tem como pano de fundo um ambiente de crise e um ambiente de claros excessos em matéria de concessão de crédito.

Quando comecei a trabalhar na banca havia uma coisa chamada «reservas de caixa»: os bancos tinham que guardar 3% dos depósitos como

reservas de caixa, portanto, só podiam emprestar 97% dos depósitos recebidos.

Depois da banca nacionalizada, em que o sistema financeiro atravessou algumas dificuldades, as reservas de caixa subiram de 3% para 7%, portanto, os bancos de Portugal tinham, como limite de crédito, 93% dos depósitos. Ora bem, nesses anos, a média do sistema bancário português foi 140%. Porquê? Porque o acesso ao crédito nas praças internacionais estava mais do que facilitado, o preço era bom, ir comprar crédito com *spread* de 1% e emprestar crédito com *spread* de 2%, quem não o fizesse seria acusado de ineficiente, de não estar a beneficiar os acionistas, de não estar a contabilizar lucros para depois distribuir em dividendos aos acionistas.

É preciso ver que há aqui um conjunto de pressões que levam a que determinado tipo de acontecimentos se tenha dado naquele período trágico que vai de 2005 — basicamente, começou a ser pouco saudável logo a partir do ano 2000, mas depois acentuou-se por altura de 2004, 2005.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Agora vou recuar até às reuniões ocorridas nos dias 20, 21 e 22 de dezembro.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Que foram só comigo e com o Dr. Christopher de Beck e nessas reuniões estiveram presentes não só o Dr. Vítor Constâncio como o Dr. Pedro Duarte Neves. Na reunião em que participei, o Dr. Pedro Duarte Neves não usou da palavra, só o Dr. Vítor Constâncio é que falou.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas o Dr. Pedro Duarte Neves esteve, do princípio ao fim, na reunião, testemunhou toda a reunião?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E, segundo disse o Dr. Filipe Pinhal, essa reunião foi convocada para o sensibilizar a si e ao seu colega administrador polaco...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, ele não é polaco, Christopher de Beck tem nacionalidade portuguesa. Polaco é o Sr. Boguslaw Kott, que fazia parte da ala do Dr. Paulo Teixeira Pinto, do grupo dos quatro.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isto é importante para as audições, porque são dados que vão ser usados para confrontar os inquiridos.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Portanto, nessa reunião, o objetivo por parte do Dr. Vítor Constâncio foi o de vos sensibilizar para renunciarem às vossas funções como administradores do BCP.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, eu tenho as palavras presentes.

Houve uma primeira denúncia, nos últimos dias de novembro — a carta de denúncia tem data de 28 de novembro —, que criou um conjunto de dúvidas, da parte do supervisor, relativamente às práticas de gestão do BCP.

No dia 11 de dezembro foi recebida nova denúncia, da mesma pessoa, que trouxe anexo um conjunto de documentação que está a ser analisada e que adensa esse clima de dúvida. «Neste momento, o Banco de Portugal não pode dizer-lhe que pode acontecer a sua inibição, mas não posso deixar de lhe chamar a atenção para as consequências negativas que recairão sobre o BCP no caso de, após a análise, o senhor e o seu colega Beck» — porque

eramos os únicos que fazíamos parte da lista que ia a votos — «serem inibidos.». Perante esta informação, perguntei-lhe: «O Sr. Governador está a dizer-me que eu e o meu colega Beck devemos sair da lista?». E a resposta foi esta: «Não digo isso, não é isso que estou a dizer nem o poderia dizer, porque esse é um assunto que respeita aos acionistas. O que estou a dizer-lhe é que se neste momento eu não posso concluir que será inibido, também não posso garantir-lhe que não virá a ser inibido, e se vier a ser inibido isso acarreta consequências gravíssimas para o banco».

Mas a coisa não se ficou por aqui. Como eu disse há pouco, quando cheguei ao banco tomei conhecimento de que estavam a ser convocados para a reunião de dia 21 os acionistas com mais de 2% e não me foi difícil juntar as peças: ele vai dizer aos acionistas o mesmo que me disse, vai dizer aos acionistas «os senhores, para salvarem o banco, para protegerem o vosso investimento, não podem consentir que estes dois senhores vão a votos». Isso, para mim, ficou claríssimo. Só se eu fosse...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Antes de avançarmos para a reunião de dia 22, eu gostaria de esgotar a reunião de dia 21, com mais duas ou três perguntas.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A primeira é esta: o Dr. Vítor Constâncio disse quem era o denunciante?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Disse, disse. Aliás, era público. Logo no dia 1 de dezembro, os jornais *Expresso* e *Público* disseram que tinha sido o Sr. Berardo quem tinha apresentado as denúncias e o Sr. Berardo fez declarações públicas a dizer isso e a dizer que iria apresentar também uma

participação à Procuradoria-Geral da República. Portanto, não havia segredo nenhum.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O importante aqui era saber se o Dr. Vítor Constâncio disse quem era o denunciante.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim, só nos referimos àquela denúncia, que era a única que existia e que sabia existir, que era a do Sr. Berardo.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E, perante o que lhe disse o Dr. Vítor Constâncio, o Dr. Filipe Pinhal entendeu-o como uma ameaça velada relativamente à sua continuidade em funções? Qual foi o entendimento que teve daquela reunião?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, não entendi como uma ameaça velada. O entendimento foi o de um conselho veemente a que eu saísse da lista, sem o poder explicitar, porque o próprio Dr. Vítor Constâncio disse: «Eu não estou a dizer isso». Eu procurei que ele o dissesse claramente, mas ele disse-me: «Não o estou a dizer nem o Banco de Portugal o pode fazer, porque essa é matéria de acionistas».

Por acaso, o Dr. Vítor Constâncio pensava assim no dia 20 de dezembro, mas no dia 21 de dezembro pensava de outra maneira! Mas isso ele explicará porquê.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Era exatamente aí que eu queria chegar, por isso é que quis esgotar a reunião de dia 21, para estabelecer uma ponte com o dia 22, pois, segundo aquilo que nos transmite, essa reunião de dia 22 foi uma reunião convocada pelo Governador do Banco de Portugal,

Dr. Vítor Constâncio. Não sei se sabe se o Dr. Pedro Duarte Neves esteve nessa reunião...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Creio que não esteve.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não tem a certeza?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Creio que não esteve, mas não tenho a certeza.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E essa reunião foi convocada pelo Governador do Banco de Portugal com os acionistas com mais de 2% do capital do BCP?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Nem todos. Houve acionistas com mais de 2% que não foram convocados.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Pode dizer-nos...?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, o acionista José Goes Ferreira.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O acionista José Goes Ferreira não foi convocado para essa reunião. E sabe a razão?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Só posso entender que era uma pessoa que era presumida como estando do lado do Eng.º Jardim. São ambos madeirenses, eram amigos, as empresas do Grupo Goes Ferreira eram fornecedoras do BCP, portanto, era tido como uma presença indesejável.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Bom, estes são dados que, sendo confirmados, são importantes para as audições que temos, como eu disse no início da minha intervenção.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, penso que o melhor é pedir a ata da reunião ao Banco de Portugal, porque nela estarão as presenças todas. Eu próprio tenho dúvidas relativamente a todas as presenças. Sei de algumas, de facto, mas não sei de todas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas sabe que há atas destas reuniões, de 20 e 21 de dezembro?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, não sei, mas não me passa pela cabeça que desta reunião, uma reunião tão importante, que decidia a sorte de um banco que era colíder no sistema financeiro, não houvesse atas. Eu consideraria isso uma total irresponsabilidade! Não é imprudência, é irresponsabilidade! Peço desculpa, mas eu aqui tenho que ser completamente claro e dizer: se é que não foi propositado! Se não existiu ata dessa reunião importa saber se não foi propositado. Ou se a ata existiu e, entretanto, foi destruída. Resta saber! Mas não faço ideia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O que o leva a dizer isso? Alguma suspeita, alguma conversa havida nesse sentido, com alguém?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Ó Sr. Deputado, é que eu já vi muita coisa na vida, não nasci ontem!...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, mas uma presunção...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Eu passei o ano de 2007 a ser enganado — à esquerda, à direita, por cima, por baixo, etc. —, a ter de decidir com base em informação que eu não conhecia totalmente, com factos que se estavam a passar na sombra e que eu não conhecia.

Portanto, já nada me surpreende e já sou capaz, nesta altura do campeonato, de ver mal onde, se calhar, não existe mal, não é?...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Bom, de facto, é uma presunção grave, que não pode...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Naturalmente! Sr. Deputado, eu ponho as coisas...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... — deixe-me só terminar, por favor,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Faça o favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ..., que eu estou tentando estabelecer um raciocínio para fazer uma pergunta, mas às vezes é difícil, se interromper permanentemente.

Essa é uma presunção grave mas não digo que é de excluir, porque há aqui muita matéria que precisa de ser muito apurada e confirmada, e para esse efeito, e desde já, o Grupo Parlamentar do PS anuncia que vai requerer as atas das reuniões supostamente havidas no Banco de Portugal, segundo as palavras do Dr. Filipe Pinhal, nos dias 20 e 21 de dezembro de 2007.

E agora também faço a ponte para a tal reunião que houve na EDP, tentando fazer-lhe mais perguntas sobre essa reunião. Essa reunião foi convocada pelo Dr. Vítor Constâncio?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Como eu disse há pouco, próximo do final da reunião no Banco de Portugal, o Sr. Berardo terá interpelado diretamente o Dr. Carlos Santos Ferreira, desta forma: «Está tudo resolvido, agora só falta tu avançares». E, nessa altura, o Dr. Vítor Constâncio terá considerado que a reunião devia ficar por ali e o Dr. António Mexia convidou os presentes a continuar a reunião no dia seguinte, nas instalações da EDP.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sem o Dr. Vítor Constâncio?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Obviamente, sem o Dr. Vítor Constâncio.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Uma reunião daquele grupo de acionistas qualificado?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Eu diria uma reunião «pirata» de alguns acionistas qualificados.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E essa reunião ocorreu...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Uma reunião que é fora das instalações do Banco de Portugal e que é feita para decidir a constituição do Conselho de Administração do BCP, à revelia do Conselho Superior, à revelia do Conselho de Administração Executivo do BCP só pode ser uma reunião pirata, não é? É uma reunião contra todas as regras!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A mim cabe-me fazer perguntas, ouvir as suas respostas e tornar a fazer as perguntas. É livre de dizer o que entende e os factos da verdade que conhece.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Gostaria também de lhe perguntar se sabe em que altura concreta é que foi feita essa reunião.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A altura do dia?

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Já vi referências de que foi de manhã, mas também já vi referências de que foi à tarde. Não sei.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas foi no dia 23?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Dia 22, sábado. A reunião na EDP!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, no dia 22 houve uma reunião no Banco de Portugal e outra na EDP.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, não. No Banco de Portugal foi dia 21, na noite do dia 21, sexta-feira.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E dia 22 foi na EDP?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A reunião comigo e com o meu colega Beck — aliás, as reuniões, porque foram duas—, no Banco de Portugal, na rua do Comércio, tiveram lugar na sexta-feira, dia 20, por volta das 18 horas. A reunião no Banco de Portugal do dia 21 teve lugar na sexta-feira, depois

das 18 horas, no edifício da Almirante Reis do Banco de Portugal, não no edifício da rua do Comércio. Em relação à reunião na EDP, eu já vi escrito que foi de manhã e já vi escrito que foi à tarde, vi imagens na televisão da saída dos elementos que participaram nessa reunião.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É mais importante saber o dia do que propriamente a altura do dia em que aconteceu.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Era dia claro! Na saída, as imagens mostravam que era dia claro.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O importante era situar a reunião e datá-la. Segundo a sua memória e as notícias, a reunião foi no dia 22 de dezembro.

Tenho cerca de um minuto, pelo que pergunto o que sabe sobre o contrato que foi assinado entre os três bancos credores do universo Berardo para a constituição de uma nova garantia, neste caso de títulos da coleção que eram propriedade da Associação Coleção Berardo?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A única coisa que sei foi o que foi publicado nos jornais. Não sei mais. Não tenho informação especial sobre essa questão.

Sei, porque vi várias referências nos jornais a uma reestruturação feita no ano de 2011, em que participaram os três bancos, e, face à desvalorização da garantia principal, que eram as ações BCP, foram pedidas garantias adicionais e terão aparecido os títulos da tal associação. Parece que há duas... Não sei. Já não sei quantas fundações há e quantas associações há. Isso aí já entra numa nebulosa que não sei esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Filipe Pinhal e tentar avançar por ordem cronológica.

A primeira relação que encontramos entre a Caixa e um acionista do BCP, ainda antes deste conflito, e que, aliás, estava noutro lado deste conflito, é com o administrador Goes Ferreira, que, em dezembro de 2004, pediu à Caixa 45 milhões para que a Caixa empreste à sua *holding* para que a sua *holding* compre ações que estão em seu nome pessoal, financiadas pelo BCP.

Este momento corresponde ao momento em que o BCP estava a lidar com o problema dos *offshore* e em que o administrador Goes Ferreira era responsável por esses *offshore*. Tinha conhecimento deste crédito? Este crédito foi contratualizado para permitir passar o financiamento do BCP para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, tomei conhecimento de que as responsabilidades... Às reuniões do Conselho de Administração do BCP iam regularmente as listas dos maiores credores. Recordo-me que, numa determinada altura, a Sr.^a Deputada diz «ainda em 2004» e faz sentido. Recordo-me de ver um abaixamento relevante nos créditos concedidos ao grupo Goes Ferreira.

Sendo certo, Sr.^a Deputada, que, nessa altura, o BCP já estava a falar com os membros do Conselho Superior para reduzirem o crédito junto do BCP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Confirma, então, que havia um conjunto de acionistas do BCP que estavam a ser financiados, ou que tinham sido financiados, pelo próprio BCP para acorrerem aos aumentos de capital.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, Sr.^a Deputada. Não só para aumentos de capital, também para compra de ações em mercado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Correto.

No caso de Berardo é preciso saltar uns anos e só em 2006 é que ele vai à Caixa pedir um refinanciamento de 300 milhões.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Mas é um assunto fora das conversas que houve na sequência das determinações do Banco de Portugal que foram comunicadas verbalmente no mês de dezembro de 2004 e, por escrito, em carta de 4 de janeiro de 2005.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Voltamos, então, ao conflito do BCP que ocorre com o afastamento de Jardim Gonçalves, substituído por Paulo Teixeira Pinto.

Em 2005, António Mexia entrou na EDP. Em vários dos livros que nos referiu hoje está escrito que António Mexia entrou na EDP apoiado por Paulo Teixeira Pinto. Aliás, esse favor terá sido retribuído mais tarde quando foi necessário um apoio na ordem inversa. Isto é verdade? É a sua perceção que isto aconteceu?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A ordem é diferente. É verdade, mas a ordem é diferente. Primeiro, o Dr. Paulo Teixeira Pinto apoiou a nomeação, penso que terá sido uma nomeação e não uma eleição, do Dr. António Mexia para a presidência da EDP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, mais tarde, defendeu o modelo dualista dentro da EDP que permite que António de Almeida, que, na altura, era o presidente do Conselho de Administração, ficasse demasiado longe das decisões para que Mexia tivesse mais poder executivo.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Para que não houvesse supervisão. No fundo, a supervisão é zero, porque ela só existe quando o supervisor tem algum poder sobre o supervisionado. Se não tem poder nenhum, a supervisão não existe.

Sr.^a Deputada, para que fique claro, a razão pela qual o Dr. António Mexia entra no Conselho Superior do BCP...

Tenho de esclarecer o seguinte, para ficar a informação toda: quando o Eng.^o António Guterres, então Chefe do Governo português, pediu ao BCP e à EDP para fazerem uma troca de participações, troca essa inserida no que o Governo considerava ser a defesa dos centros de decisão nacional e que havia, por exemplo, entre o BES e a PT, o BCP adquiriu uma posição de cerca de 3% no capital da EDP e a EDP uma participação de cerca de 3% no capital do BCP.

Como a EDP tinha uma participação superior a 2%, tinha um lugar no Conselho Superior, que foi ocupado pelo Dr. Mário Cristina de Sousa, ao tempo presidente.

Pouco tempo depois, o Dr. Mário Cristina de Sousa saiu da EDP e foi sucedido pelo Eng.^o Francisco Sanchez, que fica membro do Conselho Superior.

Enquanto o Dr. Mário Cristina de Sousa era um elemento ausente das reuniões do Conselho Superior, porque ou não ia ou não participava, o Eng.^o Francisco Sanchez participou ativamente nas reuniões, fazendo perguntas, sugestões, participando ativamente nas decisões. De tal forma que, quando o

Eng.º Francisco Sanchez passou para administrador não executivo e foi sucedido pelo Dr. António Mexia, houve uma decisão de o BCP manter... Isto porque os convites para ser membro do Conselho Superior eram pessoais e eram feitos pessoalmente pelo presidente do Conselho Superior, que era o Eng.º Jardim.

Foi pedido ao Eng.º Francisco Sanchez que se mantivesse no Conselho Superior e que representasse a EDP, se não houvesse oposição da EDP. Não houve oposição da EDP e o Eng.º Francisco Sanchez manteve-se no Conselho Superior do BCP. Algum tempo depois, quando o Dr. António Mexia foi nomeado presidente da EDP, o Eng.º Francisco Sanchez mantém-se membro do Conselho Superior e do Conselho Geral de Supervisão como membro independente e a representação da EDP passou a ser feita através do Dr. António Mexia.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem. É algum tempo depois, nestas confusões, quando Paulo Teixeira Pinto chega ao BCP, nomeadamente entre maio e junho de 2007, que culmina, aliás, com a proposta de destituição dos cinco administradores que questionaram a operação em Angola, que se alinham novos interesses.

Havia a consciência de que havia acionistas que estavam a aumentar as suas posições financiados pela Caixa Geral de Depósitos já nessa altura?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A única evidência foi a do Sr. José Berardo. Não houve evidência de outros aumentos de posição. Há, até, creio que em agosto, uma situação que talvez seja relevante para compor todo o quadro que é a da venda, abundantemente comentada nos jornais, da posição de 4% detida pelo Grupo Mello, do Dr. Vasco Mello. É feita a venda. Porquê? Porque o Dr. Vasco Mello estava num dilema. Tinha sido patrão do Dr. Francisco Lacerda; o Dr. Francisco Lacerda procurava arregimentá-lo

para o seu lado; o Eng.º Jardim procurava que o Dr. Vasco Mello se mantivesse ao seu lado e o Dr. Vasco Mello, para não ter de arbitrar esta questão, preferiu vender. E, na ótica dele, em boa hora o fez, porque foi o único que ganhou com a guerra do BCP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso também está documentado.

É nesta altura que aparece a apoiar Paulo Teixeira Pinto a Ongoing. Correto?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Exato.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Consultores?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não é nessa altura, Sr.^a Deputada. Peço desculpa.

A Ongoing é chamada... Não necessariamente a Ongoing, mas a Heidrick & Struggles que se apresentava como uma empresa especializada em matérias de governo das sociedades. A Ongoing é chamada logo no terceiro trimestre de 2005.

Nessa altura está em discussão, em consulta pública, o Código das Sociedades Comerciais ou o Código do Mercado de Capitais. Não me recordo qual era, mas era aquele que obrigava as sociedades cotadas a escolherem um dos dois modelos, o modelo monista ou o modelo dualista.

A Ongoing é chamada para dois projetos: um primeiro para a avaliação dos quadros superiores do BCP, no fundo, para determinar quais dos quadros superiores do BCP estavam ali por força da idade, da antiguidade, da experiência, e quais poderiam constituir a reserva para o futuro do BCP. Em segundo lugar, para estudar e propor qual o modelo de governo societário mais adequado ao BCP, se o monista, se o dualista.

Esses trabalhos são levados a cabo ao longo de seguramente mais de seis meses, com apresentações regulares ao Conselho de Administração Executivo, até se ter tomado a decisão, depois da polémica: o modelo dualista parecia mais conveniente aos consultores, mas tinha o defeito de os acionistas não saberem quem iam eleger para a administração executiva, porque era o Conselho Geral de Supervisão que escolhia a administração executiva.

É com base neste argumento que a Heidrick & Struggles consegue convencer os membros do Conselho de Administração Executivo — todos os membros, aqui não houve divisões nenhuma — de que o modelo dualista possibilitava uma supervisão mais efetiva. Porquê? Porque os órgãos eram separados e a supervisão se fazia de fora para dentro, enquanto no modelo monista, administradores executivos e não-executivos se sentavam todos à mesma mesa, eram solidários nas decisões e, portanto, a supervisão pelos membros independentes do Conselho de Administração não era tão efetiva.

Foi pacificamente aceite esta tese. E, depois, fomos tendo conhecimento das conversas que havia, sobretudo entre o Dr. Paulo Teixeira Pinto — creio que exclusivamente o Dr. Paulo Teixeira Pinto —, o Dr. António Mexia e o Dr. Carlos Tavares, para consentir aquele desvio à pureza do modelo dualista. O Dr. António de Almeida, em muitas apresentações públicas, dizia que se inventou então o modelo dualista lusitano, que era o modelo dualista mas com aquela porta falsa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É estranho, porque a Ongoing, tendo esse papel sobretudo de aconselhamento, consultoria, não era acionista do BCP.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Era consultora.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Apesar disso, em agosto, aparece nas listas para a administração do BCP. Sendo que o que juntava Rafael Mora e Nuno Vasconcelos a António Mexia, e a muitos dos elementos do grupo dos sete, era um grupo na altura conhecido como Compromisso Portugal.

Essa é também a sua interpretação desta ligação entre os vários acionistas?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Aquilo que une pessoas como o Dr. Diogo Vaz Guedes, o Dr. Filipe de Botton, o Dr. Paulo Teixeira Pinto, o Dr. Nuno Vasconcelos, o Dr. Rafael Mora e, se quisermos juntar mais uma pitada, o Dr. Manuel Pinho, nessa altura Ministro da Economia, é, de facto, o Compromisso Portugal. E o Dr. António Mexia, claro, que é um dos grandes ativistas.

É preciso ver que os grandes ativistas do Compromisso Portugal são o Dr. António Mexia, o Dr. António Carrapatoso — que não está neste campeonato —, o Dr. Vaz Guedes e o Dr. Filipe de Botton; são as quatro almas do Compromisso Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há algumas outras pessoas sobre cujo envolvimento gostaria de lhe perguntar.

O Dr. António de Sousa já nos disse que promoveu reuniões entre acionistas do BCP. Gostaria de saber como é que ficou a saber dessa informação, porque eu própria lhe perguntei e não...

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Fiquei a saber porque era público e porque as pessoas que lá iam diziam que tinham ido, que tinham sido chamadas pelo Dr. António de Sousa, ao escritório dele.

Na altura, ele era representante da JP Morgan, não sei se ele estava a atuar em nome da JP Morgan ou se estava a atuar a título individual, se era

pago, se não era pago, qual era a titularidade dele. Mas, se quiserem uma nota, o Dr. Alexandre Relvas, sócio do Dr. Filipe de Botton na Logoplast, jura a pés juntos que foi chamado ao gabinete do Dr. António de Sousa, que viu lá pessoas com as quais não tinha sintonia nenhuma e disse que não aceitava pertencer às listas. E depois apareceu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Apareceu?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Apareceu na lista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na lista.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Se foi contra a vontade dele ou não, se é versão do Dr. Alexandre Relvas, posterior? Não faço ideia. Mas ele diz que foi ao escritório do Dr. António de Sousa chamado por ele.

É preciso ver que eles são contemporâneos da Universidade Católica. Se não são do mesmo curso, António de Sousa, Alexandre Relvas, Filipe de Botton, Diogo Vaz Guedes são contemporâneos na Universidade Católica e portanto, isso... E António de Sousa foi sócio de uma empresa de gestão de valores com Filipe de Botton, Alexandre Relvas, Manuel de Faria Blanc e Miguel Magalhães Duarte. Foram os cinco sócios de uma empresa, cujo nome, agora — era uma «gest» qualquer, que depois foi comprada pelo BCP. O BCP comprou primeiro 30% dessa sociedade e depois comprou os outros 70%. — aliás, comprou primeiro 70% e depois os outros 30%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há um outro nome que, às vezes, aparece referido, que é o de António Borges, que, na altura, estava muito ligado à Goldman Sachs, penso eu.

Recorda-se de ter tido um papel nestas reuniões?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Falou-se; que eu saiba, não teve intervenção. Aquilo de que ouvi falar foi que era um inspirador da tomada de... da mudança de gestão no BCP.

O Dr. António Borges tinha... Custa-me imenso... Havia coisas que eu podia dizer, mas não quero ofender a memória do Dr. António Borges. Mas o Dr. António Borges achava que o Eng.º Jardim já não deveria ser presidente do BCP ao fim de tantos anos.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Há um outro elemento nesta triangulação, sobretudo quando a Sonangol entra em cena, que é, obviamente, a ligação da Sonangol ao Governo português, à Ongoing e ao BES. Ricardo Salgado teve um papel aqui?

Sendo que estava muito próximo das pessoas do Compromisso Portugal, e muitíssimo próximo da Ongoing — que é muitas vezes referenciada como um testa de ferro de Ricardo Salgado noutros negócios, e tudo nos leva a crer que, depois temos aqui uma repetição do mesmo triângulo entre os interesses angolanos, a Ongoing, vários elementos do Compromisso Portugal e António Mexia, que era próximo de todos estes elementos —, Ricardo Salgado teve um papel de que se recorde, direto, ou terá sido sempre um jogador de sombras? Se é que o foi.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.ª Deputada, em 2011 lancei o segundo livro sobre o BCP. A jornalista Maria João Gago fez-me uma entrevista para o *Jornal de Negócios*, uma espécie de pré-apresentação do livro, em que uma pergunta dela era muito parecida com a da Sr.ª Deputada. Respondi que não tinha notado nenhuma interferência direta do Dr. Ricardo Salgado, mas que achava muito estranho que, na luta pelo controlo do BCP estivessem o Dr.

Nuno Vasconcelos, administrador não-executivo do BES e o Sr. Bernardo Moniz da Maia, administrador não-executivo do BES Investimento.

Era clara a movimentação do Dr. Manuel Pinho, que, como se sabe, foi administrador do BES. Se o Dr. António Mexia tivesse de escolher entre servir o BCP ou servir o BES, não hesitaria em dizer que o Dr. António Mexia preferia servir o BES. Portanto, eu concluía que dificilmente o BES poderia ser um observador desinteressado nas lutas que havia no BCP.

Esta minha entrevista motivou — é só ir aos jornais da época — uma carta do Dr. Ricardo Salgado, violentíssima — violentíssima! —, a atacar-me pessoalmente e a dizer que eu faria melhor em cuidar dos problemas que existiam no BCP do que em atacar uma família honrada, que detinha o controlo do BES.

Devo confessar-lhe que, hoje, falo com o Dr. Ricardo Salgado. O Dr. Ricardo Salgado já me esclareceu, ou quis esclarecer-me, que o BES nunca teve nada que ver com o que se passava no BCP. Limitei-me a dizer-lhe que, em 2018 — isto foi no ano passado —, não fazia sentido nenhum estarmos a reavivar velhas questiúnculas e passava à frente.

Embora mantenha a minha ideia de que o BES, e o seu presidente, eram, pelo menos, observadores interessados, tenho poucas dúvidas de que o administrador não-executivo Nuno Vasconcelos não informasse o Presidente do Conselho de Administração a que pertencia; e tenho muita dificuldade em entender que o Sr. Bernardo Moniz da Maia não desse conta, no Conselho de Administração do BES Investimento a que pertencia, das suas diligências para tomar o controlo do BCP. Custa-me muito estar a admitir que não houvesse essas conversas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em 31 de agosto de 2007, Paulo Teixeira Pinto sai do BCP e o Dr. Filipe Pinhal entra como Presidente. Tem razões, ou algum indício, para acreditar que, nesse momento, em agosto de

2007, já estivesse em preparação aquela que viria a ser a lista ganhadora da Assembleia de 2008, ou seja, a lista com os administradores da Caixa Geral de Depósitos?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, Sr.^a Deputada. Nessa altura tudo estava organizado para serem eleitas aquelas listas que foram à Assembleia de agosto. Mas, como esse golpe falhou, houve outro.

É preciso ver que, em agosto, o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara não contavam para esse campeonato. Eles só aparecem porque...

A questão é a seguinte: há uma tentativa de resolver as coisas. Quando digo resolver as coisas é afastar-nos, a mim e aos colegas que se tinham oposto, por exemplo, à venda do Millenium Angola à Sonangol.

Portanto, nós éramos elementos malquistos para o desenvolvimento dos planos que o Dr. Paulo Teixeira Pinto tinha para o desenvolvimento do banco. Nós próprios, estes cinco, inclusive, durante a OPA do BCP sobre o BPI, tínhamo-nos oposto à subida de preço que o Dr. Paulo Teixeira Pinto queria fazer, para oferecer como contrapartida pelas ações do BPI. Portanto, claramente, estávamos a ser um empecilho.

Isso foi tentado pela via da base acionista e falhou.

Aliás, o Dr. Paulo Teixeira Pinto, nas reuniões de Conselho, referindo-se à luta que havia, dizia com muita frequência: «pena isto não ser na política. Eu sei como estas coisas se resolvem. Pena ser no banco, se isto fosse na política, já estava resolvido há muito tempo».

São públicas, por essa altura, diligências do Dr. Paulo Teixeira Pinto junto do Sr. Américo Amorim, junto do Coronel Luís Silva, junto do Dr. José Roquete, junto do Eng.º Elídio Pinho, para que eles regressassem ao capital do BCP, porque ele presumia que eles tinham saído em conflito com o Eng.º

Jardim. Recebeu não de todo o lado; portanto, a alternativa dele foi, tendo em conta as suas boas relações na política, ir buscar apoios à política.

A primeira tentativa é feita na base acionista e nos meios empresariais. Falhou. Era difícil ver, e o Dr. Paulo Teixeira Pinto não quis fazer uma espécie de segunda tentativa; saiu do banco. Portanto, teve de entrar a política.

É preciso ver que, por essa altura, eu tinha gabinete junto ao Dr. Paulo Teixeira Pinto, entre os dois gabinetes só havia o gabinete das duas secretárias do Dr. Paulo Teixeira Pinto.

Com alguma frequência perguntei pelo Dr. Paulo Teixeira Pinto, porque tínhamos assuntos a tratar. Foi-me dito com frequência que o Dr. Paulo Teixeira Pinto tinha ido ao Sr. Primeiro-Ministro. Ora, no tempo em que o Eng.º Jardim foi presidente do BCP, sempre que ia falar com algum membro do Governo, fosse o Presidente, fosse o Primeiro-Ministro, fosse algum Ministro, dava sempre conta do que ia tratar.

O Dr. Paulo Teixeira Pinto nunca disse o que é que ia tratar com o Primeiro-Ministro. Mas o Dr. Paulo Teixeira Pinto também podia ter ido a outro lado qualquer e ter dito à secretária para, caso perguntassem por ele, dizer que tinha ido falar com o Primeiro-Ministro.

Eu não posso... A única coisa que posso invocar é, efetivamente, o facto de eu perguntar «Maria Helena, o Dr. Paulo Teixeira Pinto?», ao que foi respondido «O Dr. Paulo Teixeira Pinto foi falar com o Sr. Primeiro-Ministro». O Dr. Paulo Teixeira Pinto nunca fez o relato do que, alegadamente, teria ido tratar com o Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, não sei se, de facto, foi falar com o Primeiro-Ministro. Eu quero crer que sim e quero acreditar que só não houve relato do que foi tratar porque, efetivamente, foi a preparação do golpe. Mas isto sou eu a acreditar, não tenho meios de prova.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, na sua opinião ou de acordo com os indícios que tem, em que momento a lista de Santos Ferreira começou a ser preparada?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Na minha opinião, começou a ser preparada durante o mês de novembro, quando o Sr. Berardo começa a preparar as denúncias. Portanto, as denúncias visavam claramente o meu afastamento e o do Dr. Beck. Embora só fosse pública no dia 3 de dezembro a lista com a composição do Conselho de Administração, presidido por mim e que ia a votos no dia 15 de janeiro, durante o mês de novembro já se falava dela, porque eu já tinha tido conversas, inclusive com pessoas de fora do banco, para saber se queriam integrar a minha lista.

É preciso ver que, do Conselho de Administração anterior, na minha lista só estava eu e o Dr. Christopher de Beck, Presidente e Vice-Presidente. Depois, estavam duas pessoas de fora do banco e estavam três diretores do banco que ascenderiam à administração.

Portanto, para constituir a lista e para a formalizar no dia 3 de dezembro, que era o primeiro dia útil de dezembro, houve muitas conversas ao longo de novembro, inclusive com o Sr. Governador do Banco de Portugal, com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, com o Sr. Ministro das Finanças e com os acionistas EDP e Caixa Geral de Depósitos. Fui pessoalmente, durante o mês de novembro, falar a estas pessoas todas, dizendo «eu tenho esta lista constituída. Têm alguma oposição ou não têm?». E em todos os lados obtive não oposição, que, como se veio a verificar depois, não era sincera.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas nesse momento já havia rumores ou alguém falava nos nomes que depois vieram a ser os administradores? O Dr. Armando Vara e o Dr. Santos Ferreira.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, não. Que eu tenha conhecimento, não. Mas claramente a denúncia do Sr. Berardo, por carta datada de 28 de novembro de 2007, é uma denúncia que visa afastar as pessoas que estavam em número um e número dois na lista liderada por mim, eu próprio e o Dr. Christopher de Beck. Agora, por essa altura não se falava...

A única coisa — enfim, conversa arrasta conversa e agora já lhe vou dizer com mais precisão e este facto é objetivo: no dia 3 de dezembro, data em que ia acontecer a reunião de Conselho de Administração que oficializaria a lista, cheguei ao banco por volta das 8 horas e 45 minutos e tinha à minha espera o Sr. Manuel Fino, que me prevenia sempre quando ia falar comigo e não me ligou, estava ali. Obviamente, subiu comigo, falou-me e disse-me: «Filipe, o Berardo vai fazer uma denúncia». O Sr. Manuel Fino também tinha sido enganado porque a denúncia já estava feita em 28 de novembro, mas foi o que foi dito ao Sr. Manuel Fino para me darem o recado a mim, por isso é que digo que andei a ser enganado durante todo o ano de 2007.

O Sr. Manuel Fino acrescentou: «Filipe, eu sei que a sua lista só passará se integrar o Dr. Carlos Santos Ferreira. Se o não integrar na sua lista, ela vai ser chumbada». Não me disse por quem ia ser chumbada. E eu disse-lhe: «Manuel, já assumi compromisso com estas pessoas de fazerem parte da minha lista, não vou dizer a quem convidei que os desconvido». Isto passou-se entre as 8 horas e 45 minutos e, talvez, as 9 e meia da manhã, no meu gabinete.

Por volta das 10 horas da manhã, o Dr. Paulo Macedo, que era um dos membros da minha lista, ligou-me para falar comigo de urgência e diz-me: «Eu tenho conhecimento...», pelas suas fontes, que eu não sabia quais eram, «... de que a lista não passará se não tiver a integrá-la o Dr. Carlos Santos Ferreira ou o Dr. Armando Vara».

Na versão do Sr. Manuel Fino, só o Dr. Carlos Santos Ferreira; na versão do Dr. Paulo Macedo, era Carlos Santos Ferreira ou Armando Vara.

Por volta das 10 e meia da manhã, talvez, disse ainda: «E eu, Paulo Macedo, voluntario-me para sair da lista para, em benefício do banco, entrar um desses elementos» — isto talvez às 10 e meia da manhã. E eu disse ao Dr. Paulo Macedo exatamente a mesma coisa que já tinha dito: «assumi um compromisso com todas as pessoas que convidei para valer».

Por volta das 11 horas, 11 e meia, nova chamada de urgência do Dr. Miguel Maia, atual Presidente do BCP e também membro da minha lista, que me vem dizer o seguinte: «Filipe, a sua lista só passará se tiver a integrá-la o Dr. Carlos Santos Ferreira e...» — aqui já não era «ou» — «... o Dr. Armando Vara. Disponha do meu lugar, dou o convite por não aceite para eles entrarem». E eu disse a exatamente a mesma coisa ao Dr. Miguel Maia.

Portanto, é na segunda-feira, dia 3 de novembro, que tenho conhecimento de que o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara vão a jogo. É nessa altura que eu sei. A pergunta da Sr.^a Deputada fez-me rememorar estes factos, de que já estava a passar por cima, já estava a esquecer.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — 3 de novembro?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — 3 de dezembro. Portanto, no primeiro dia útil do mês de dezembro, a seguir à publicação das denúncias do Sr. Berardo no *Expresso* de sábado, dia 1 de dezembro, e do *Público* de dia 1 de dezembro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esses factos eram, na verdade, a pergunta seguinte que tinha para lhe fazer.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — É preciso ver que no dia 3 de dezembro o Banco de Portugal interpela o BCP para se pronunciar sobre as notícias que tinham saído.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já agora, queria primeiro falar sobre as notícias e depois sobre estes encontros do dia 3, mas sendo assim terminamos já sobre os encontros do dia 3. Foi-lhe dada alguma justificação para esta imposição destes dois administradores da Caixa ou a única justificação que lhe é dada é porque o acionista Berardo assim o deseja?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, só o Sr. Manuel Fino é que falou do acionista Berardo. Nem o Dr. Paulo Macedo nem o Dr. Miguel Maia fizeram qualquer referência às suas fontes de informação, e eu também não lhes perguntei, porque não estava na minha ideia retirar os convites a quem tinha feito. Portanto, para mim era um não acontecimento. Eu ficava informado de que haveria objeções, obstáculos vindos não se de onde, se da base acionista ou do Banco de Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não percebeu porquê, só percebeu que aqueles dois elementos...

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, se eu tivesse intenção de fazer a substituição, eu perguntaria, mas como tinha feito convites firmes às pessoas, elas tinham aceitado e estavam na minha lista, nem me passou pela cabeça dizer a algum «olhe, ceda o seu lugar a este». Portanto, as conversas com o Dr. Paulo Macedo e com o Dr. Miguel Maia foram rapidíssimas, eles falaram-me e eu apenas anotei uma coisa, que da conversa do Sr. Manuel Fino para a do Dr. Paulo Macedo apareceu o nome do Dr. Armando Vara,

mas um ou outro, e na conversa com o Dr. Miguel Maia já era um e outro; já não era só um, já eram os dois.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, dou um passo atrás sobre o dia 28 de novembro e as denúncias de José Berardo. Sobre o conteúdo das denúncias já houve, aliás, uma Comissão de Inquérito nesta Casa e não pretendo voltar a esse tema, a minha pergunta é a seguinte: não sendo administrador do BCP, como é que José Berardo teve acesso a esta informação interna do BCP?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Também há aí um ponto curioso a esclarecer.

Em primeiro lugar, invoco a meu favor e naquilo que vou dizer, as declarações públicas do Sr. José Berardo enquanto testemunha nos julgamentos de recurso das coimas aplicadas pelo Banco de Portugal e depois no processo-crime.

O Sr. José Berardo disse que recebeu vários envelopes não identificados, entregues na portaria do prédio onde tinha escritório, mas nunca curou de saber de onde vinham, nunca curou de saber se os documentos eram verdadeiros ou falsificados, recebia-os e passava-os, nas palavras do Sr. José Berardo: «eu mandava logo isto para os advogados e eles que fizessem o que quisessem». Portanto, foi isto.

Agora, há uma coisa curiosa, Sr.^a Deputada: o Sr. José Berardo, na sua carta de denúncia de 28 de novembro, junta fotocópias de três documentos; na sua carta de 11 de dezembro, junta mais de uma dúzia de documentos. Ou seja, a partir do momento em que foi pública...

É preciso ver que são fotocópias de operações de crédito realizadas em 1999, em 2000 e em 2001 e estávamos em 2007, eram documentos que estavam no arquivo morto do banco, porventura já digitalizados. As notícias de possíveis irregularidades no BCP saíram no dia 1 de dezembro, portanto,

já depois da entrega da primeira denúncia do Sr. José Berardo, e se ele já estivesse, nessa altura, na posse das fotocópias que entregou no dia 11, é evidente que ele as tinha entregado logo no dia 28 de novembro. Portanto, alguém lhe fez chegar documentos com 7, 8 e 9 anos de antiguidade, que eu próprio não faço ideia em que arquivo estariam, mas que, de duas, uma, ou foram cuidadosamente guardados durante anos por alguém que teve acesso a eles para os vir a utilizar se e quando fossem úteis ou, então, houve uma operação de entrada nos arquivos do banco, porventura por forças externas ao banco que sabem pesquisar documentos.

Sem querer fazer nenhum tipo de acusação, mas tendo em conta a qualidade dos operacionais da Ongoing, não me custa acreditar que tivessem sido elementos estranhos ao BCP que fizeram uma busca aos arquivos e que tivessem encontrado aqueles documentos. Mas digo que não me custa acreditar, não estou a dizer que tivesse sido. Não devo excluir das minhas hipóteses que tenham sido elementos com *expertise* suficiente para fazerem um varrimento, que, como se sabe, pode ser feito por computador, das trocas de *e-mails* dentro do banco, onde encontrou os documentos que depois foram entregues ao Sr. Berardo.

Agora, é preciso ver que se trata de documentos entregues ao Sr. Berardo em dezembro de 2007, mas esses documentos são de 1999, de 2000 e de 2001.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem. Tenho mais duas perguntas, sendo que sobre a reunião de 20, sobre a reunião no Banco de Portugal com o Dr. Pinhal sobre a sua continuação no banco, já me parece suficientemente esclarecida. Sobre a reunião de dia 21 no Banco de Portugal com os acionistas, temos de esclarecer quem de facto esteve presente ou não. O Reis Ferreira diz que não esteve presente...

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não esteve.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por curiosidade, João Rendeiro, do BPP, esteve presente?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — É uma das minhas dúvidas. Creio que não esteve presente. A ideia que tenho é que não esteve presente na reunião do dia 21, mas esteve presente na reunião do dia 22, e aqui a minha fonte de informação é o livro da jornalista Maria Teixeira Alves, que não o dá como presente na reunião do dia 21 mas dá-o como presente na reunião do dia 22.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termino com duas perguntas. Nesta reunião de dia 22, há um outro acionista que está presente e de que não falámos ainda, o Sr. Stanley Ho, acionista com interesses em Macau que, no passado, foi empregador, digamos assim, do Dr. Santos Ferreira. Era um acionista ativista no BCP ou manteve-se sempre mais...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi o papel deste acionista no conflito?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Foi uma posição ambígua, porque o Sr. Stanley Ho investiu no BCP depois de conversas que se realizaram a partir de um almoço do Conselho de Administração do BCP com o Sr. Stanley Ho. Aí assumiu uma posição de cerca de 2%. Foi-lhe oferecido um lugar no Conselho Superior mas ele não aceitou, invocando as ausências de Portugal e o seu estado de saúde.

Depois, tivemos conhecimento que empresas ligadas ao Sr. Stanley Ho... É preciso ver que o interlocutor do Sr. Stanley Ho era o Dr. Alípio Dias, que era um dos cinco que se opunham à linha do Dr. Paulo Teixeira Pinto. Mas houve compras realizadas por empresas ligadas ao Sr. Stanley Ho, ordenadas pelo representante em Portugal Dr. Jorge Ferro Ribeiro, e o titular dessas ações tinha diálogo com o Dr. Paulo Teixeira Pinto e com os Drs. Castro Henriques e Francisco Lacerda. Se essas compras foram ou não para juntar votos, se o Dr. Ferro Ribeiro era mais um candidato à sucessão do Dr. Paulo Teixeira Pinto, a alimentar uma longa lista de candidatos que participaram nisto com os olhos na presidência do BCP, ou não, francamente não sei.

Aquilo que notávamos era que havia cerca de mais 2% de ações representadas pela UBS, portanto, o banco de custódia era a UBS, que representava os acionistas mas não os identificava, e havia mais de 2% de ações representadas pelo J. P. Morgan. Na lista de participações qualificadas que consta do relatório do BCP de 2007 estão lá a UBS, com mais de 2%, e a J. P. Morgan, com mais de 2%. Era nossa convicção, mas, obviamente, sem documentos de prova, que a UBS seria banco de custódia de uma parte das ações do Sr. Bernardo Moniz da Maia e que o J. P. Morgan seria banco de custódia das ações mandadas comprar pelo Dr. Ferro Ribeiro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha última questão, que, aliás, coloquei a várias pessoas e ninguém me conseguiu esclarecer, é a seguinte: no dia em que é apresentada a lista à administração do BCP ela é subscrita por um conjunto de acionistas. Nesse conjunto de acionista todos são identificáveis exceto dois veículos, duas empresas, uma chamada Pluvia Holdings e outra chamada Gedburg International Company.

Se pesquisar rapidamente na *Internet*, não existe nenhuma referência a estas empresas. Dá a ideia que elas foram constituídas, subscreveram uma

proposta acionista e depois desapareceram do mapa sem que nunca tivessem sequer uma posição qualificada no BCP. Sabe quem são estas empresas?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez ouviu alguma informação sobre elas?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Por esse nome, não sei. Desconheço esses nomes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O mistério continua.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Dr. Filipe Pinhal e agradeço os muitos esclarecimentos que já aqui deu, sobretudo numa Comissão em que estamos mais habituados quase que a adivinhar aquilo que as pessoas tentam não nos dizer. Não deixa de ser refrescante alguém que diz exatamente aquilo que pensa, ainda que haja aqui vários pormenores — e as perguntas que lhe vou fazer são nesse sentido — em está sobretudo a falar da sua opinião e da impressão com que ficou.

Também é verdade que, normalmente, quando formamos determinada opinião ou ficamos com determinada impressão, isso tem fundamento na realidade e nos factos, naquilo que conhecemos, e, no seu caso, era um mundo que não lhe era de todo estranho. Portanto, gostava de lhe perguntar algumas coisas para perceber se conseguimos chegar a factos.

A primeira coisa que gostava de entender é a seguinte: na altura em que há uma proposta de fusão entre o BPI e o BCP, já tinha a perceção de que podia haver aquilo a que chamou um triunvirato, ou seja, um conjunto de acionistas, por um lado, mas, por outro, alguma vontade do poder político e um projeto determinado para o BCP, que, obviamente, obstaria a esta fusão entre o BCP e o BPI, se ela fosse para a frente?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Informação não tenho. Achei estranho que, no dia seguinte a ser pública a proposta de fusão apresentada pelo BPI à administração do BCP, o Dr. Carlos Santos Ferreira saísse a fazer declarações públicas dizendo que a Caixa votaria contra a fusão. Para mim, isto chama-se uma indicação de voto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando é que soube que havia vários acionistas que estavam a ser financiados por outros bancos, no caso, pela Caixa e o BES, para adquirirem ações do BCP e que isso tinha um significado de peso, não era um movimento ocasional, digamos assim?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, no final de 2004, princípio de 2005, houve vários acionistas, quase todos membros do Conselho Superior, a quem foi pedido, tendo em conta a sua capacidade de endividamento, que levassem os créditos e as ações que lhes fossem exigidas para garantia para outros bancos.

Soubemos da avidez da Caixa, que interpretámos na altura como a grande luta que a Caixa estava a fazer para ser n.º 1 do *ranking* em crédito. Portanto, foi uma coisa que entendi na altura como um movimento normal da Caixa para disputar a liderança do crédito concedido a clientes, porque com uma mesma operação diminuía o crédito do BCP e aumentava o dela. Portanto, pareceu-me uma coisa relativamente natural.

A primeira vez que conheci um financiamento da Caixa a um acionista em que não vejo nenhum outro objetivo se não aumentar o número de votos foi de facto ao Sr. Berardo, no verão de 2007.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falou-nos aqui das reuniões. Tenho aqui uma lista das reuniões que houve no Banco de Portugal, entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, relacionadas com o BCP. Gostava de esclarecer algumas coisas consigo porque fala aqui em mais reuniões do que as já consegui anotar.

Neste dia 3 de dezembro, em que nos disse que recebeu estes telefonemas durante a manhã,...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não foram telefonemas, foram reuniões.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, reuniões. Pergunto se teve alguma reunião no Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Que me recorde, não. Sei que o Banco de Portugal nos interpelou, a mim concretamente, que era o Presidente do banco, mas não me recordo se por escrito, se por telefone, se fui chamado ao Banco de Portugal, para explicar o que estava a acontecer e que eu não sabia. E foi-me pedida informação escrita para o Banco de Portugal sobre a reação do Conselho de Administração do BCP às notícias que eram públicas e que apontavam para irregularidades dentro do banco, ao mesmo tempo que fui informado que o Banco de Portugal iria instaurar um processo de contraordenação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas não se lembra de lá ter estado neste dia, no dia 3 de dezembro?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não me recordo. Até posso ter estado mas, com toda a franqueza, não me recordo.

Sei que no dia 7 de dezembro tive uma reunião com o Dr. Vítor Constâncio e o Dr. Pedro Duarte Neves...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No dia 7?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — No dia 7.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É que essa, de facto, não está nesta lista.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — No dia 7 tive uma reunião com o Dr. Pedro Duarte Neves e com o Dr. Vítor Constâncio sobre este assunto, em que me foi pedida informação sobre o que se estava a passar e foi-me entregue uma carta do Banco de Portugal, com data de 7, a exigir a entrega ao Banco de Portugal de toda a informação relacionada com as 17 *offshore* Caiman que tinham sido objeto de denúncia e de notícias nos jornais, e em que era dado o prazo de uma semana — dia 7 de dezembro era uma sexta feira — para entregar a informação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que tem a ver com a denúncia que tinha sido feita no fim de novembro por José Berardo?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim.

Voltei ao Banco de Portugal no dia 12, que era uma quarta feira...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era a minha pergunta seguinte.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — No dia 12 a reunião tinha por objetivo analisar a situação de liquidez do BCP, porque, por essa altura, havia uma grave crise de liquidez e os bancos estavam a enfrentar dificuldades de financiamento nos mercados internacionais e estavam a recorrer ao BCE, que abriu uma linha para os bancos portugueses. Portanto, durante essa semana, aquilo que me foi dito pelo Dr. Vítor Constâncio foi que todos os grandes bancos estavam a ser chamados para darem nota da sua posição de liquidez e prestarem informações adicionais. Nessa reunião participei eu, o Vice-Presidente Christopher de Beck e o CFO António Rodrigues.

Nesse mesmo dia, no final da reunião, quando nos encaminhávamos para a porta, o Dr. Vítor Constâncio reteve-me e perguntou-me se a informação relativa às *offshore* Caiman seria entregue, ou não, até à data limite, que era 14, sexta feira. Respondi-lhe que sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E no dia 13 teve alguma reunião com o Vice-Governador?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Posso ter tido mas não me recordo.

Mas eu voltei ao Banco de Portugal no dia 18, chamado pelo Dr. Vítor Constâncio.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual era o assunto?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Voltei a reunir com o Dr. Vítor Constâncio e esteve presente o Dr. Duarte Neves.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o assunto tinha a ver com as irregularidades ou com a questão da liquidez?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — O assunto tinha a ver com as sociedades *offshore*.

O Dr. Vítor Constâncio manifestou-se muito incomodado, repito, mostrou-se muito incomodado pelo facto de a informação prestada ao Banco de Portugal não trazer uma informação de enquadramento daquela matéria toda. Respondi-lhe que aquilo que nos tinha sido pedido era toda a informação, repito, toda a informação, relacionada com as sociedades *offshore* e, portanto, limitámo-nos... As sociedades *offshore* estavam domiciliadas em Caiman, era lá que estava o arquivo todo e nós limitámo-nos a pedir a Caiman que, por ficheiro, enviasse toda a informação relativa às sociedades para ser entregue ao Banco de Portugal.

Portanto, o que foi entregue no dia 14 ao Banco de Portugal foram 17 pastas cartonadas, daquelas grandes, cinzentas, com a informação relativa às sociedades *offshore*, designadamente cópias das propostas de crédito aprovadas às referidas sociedades.

No dia 18, o Dr. Vítor Constâncio chamou-me para me fazer sentir o seu incómodo pelo facto de aquela matéria não estar enquadrada. E eu dei-lhe a explicação: foi entregue o que o Banco de Portugal pediu. O Dr. Vítor Constâncio pediu-me que lhe desse a minha opinião sobre como é que aquele assunto tinha nascido, como se tinha desenvolvido e como é que tinha terminado com a extinção das sociedades *offshore* que ocorreu, salvo erro, em 2004.

Dei-lhe toda a informação. Disse-lhe: «Nunca tive a área internacional». A área internacional tinha como diretor o Dr. Carlos Costa, teve como administradores vários colegas meus que, ao longo do tempo, foram passando. Eu nunca tive essa pasta, mas, daquilo que sei e da minha participação na aprovação de alguns desses financiamentos, a minha

interpretação é esta. E o Dr. Vítor Constâncio pediu-me para passar a escrito aquela informação e entregar como relato do Conselho de Administração.

Disse ao Dr. Vítor Constâncio que, no ponto em que as coisas estavam no Conselho de Administração, tendo em conta a divisão que havia, dificilmente os colegas que tinham estado alinhados com o Dr. Paulo Teixeira Pinto, e que representavam a oposição a mim, subscreveriam uma carta com aquele relato. Iriam negar e dizer coisas diferentes.

O Dr. Vítor Constâncio disse-me: «Então, se não conseguir que a carta seja assinada pelos seus colegas, entregue-a como carta pessoal. Quando é que a pode entregar?» Era tarde, do dia 18, e disse-lhe: «Levarei um dia a fazer a carta. Para ser circunstanciada, terei de consultar alguma informação, para ser objetivo, mas prometo entregar a carta no dia 20, daqui a dois dias, depois de amanhã».

Por volta das 16 horas, o Dr. Pedro Duarte Neves telefonou-me a perguntar se a carta estava feita e se podia ir ao Banco de Portugal para a entregar. Respondi ao Dr. Pedro Duarte Neves que a carta estava em reunião de Conselho a ser analisada para saber se sairia como carta do Conselho ou como carta do Presidente do Conselho de Administração. E disse-lhe: «Olhe, posso ir já com a carta, mas sem decisão do Conselho. Podem esperar...»

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso foi no dia 18 ou no dia 20?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Dia 18.

E disse: «Ou os senhores dão-me mais algum tempo e eu levo já a posição do Conselho».

O Dr. Pedro Duarte Neves disse: «Então, de quanto tempo pensa que precisa para tomar uma decisão?» E eu respondi: «Isto são assuntos...»

É preciso ver que, desde o dia 3, as coisas tinham azedado bastante e, portanto, as discussões eram sempre longas. Basta olhar para as atas do

Conselho de Administração para se ver que passaram de três páginas para 14, 15 a registar todas as opiniões que havia sobre o mesmo assunto.

Disse-lhe: «Olhe, preciso de, pelo menos, duas horas». E ele declarou: «Então, muito bem, às 18 horas, traga já a carta ou em nome do Conselho de Administração ou assinada por si».

No final, li a carta. Aliás, a carta foi passada... Não foi entregue uma cópia a cada um dos membros do Conselho de Administração, porque, nessa altura, um documento distribuído no Conselho de Administração no próprio dia chegava aos jornais. Portanto, informei os meus colegas — e isso está registado na ata — de que não distribuía porque não tinha confiança nos membros do Conselho. Portanto, a carta passou no monitor dos PC de cada um, foi lida parágrafo a parágrafo, foi comentada e contestada, sobretudo, pelo Dr. Francisco Lacerda e pelo Dr. Castro Henriques, dizendo que não se reviam naquele relato. Esses, desde logo, disseram que não assinavam.

Depois, como sempre acontece nestas reuniões, há colegas que não ouvem o que está a ser perguntado. Só um dos meus colegas disse que se revia completamente naquele relato e que assinaria a carta comigo, que foi o meu colega Christopher de Beck. Mas eu recusei a assinatura dele por esta razão: «Para ser uma carta assinada por mim e por si tem de ser em papel timbrado do banco e, desta forma, até parece que vincula a posição do Conselho. Eu não quero essa confusão, portanto vou passar esta carta para papel pessoal meu e será entregue como relato que só a mim responsabiliza.»

Essa carta tem data de 20 de dezembro. Fui ao Banco de Portugal por volta das 18 horas para entregar a carta e acabei por entregá-la na mesma, mas a conversa começou com o Dr. Vítor Constâncio a dar-me nota das novas denúncias que tinham chegado ao Banco de Portugal e do adensar de dúvidas acerca do que se tinha passado no BCP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A carta, na realidade, já não teve nenhum efeito prático?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Teve um efeito prático muito grande, Sr.^a Deputada. É que os Srs. Deputados podem pedir cópia desta carta. Eu não a tenho, mas constará dos arquivos do Banco de Portugal e do BCP. Vale a pena confrontar o que digo nessa carta com aquilo que disse hoje aos Srs. Deputados. É um exercício a que vos convido. Sem ter receio algum de discrepância.

Portanto, no dia 20 de dezembro, fiz um relato ao Governador e ao Vice-Governador do Banco de Portugal que coincide ponto por ponto com aquilo que disse hoje aos Srs. Deputados, sendo certo que falta na carta muita coisa do que disse aqui, mas isso foi conhecimento adquirido posteriormente a 20 de dezembro de 2007.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Gostava de entender o seguinte: aquilo que lhe transmitiu o Sr. Governador foi que, face às denúncias e à opinião dele sobre as denúncias, seria difícil haver o reconhecimento da sua idoneidade no sentido da condução...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A palavra que foi usada não foi idoneidade, foi «inibido».

«Não lhe posso garantir que você e o seu colega Beck não serão inibidos, mas também não posso garantir o contrário. Na fase de análise e de investigação em que estamos neste momento, não posso garantir que não há objeções à sua lista». É preciso ver que estávamos a falar a 20 de dezembro e a eleição ia ser feita na assembleia de 15 de janeiro, portanto mediaríamos muitos dias, e aquilo que o Dr. Vítor Constâncio me disse foi: «Neste momento, não posso dizer que não haverá objeções, mas também não posso

dizer que as haverá! Portanto, toda a responsabilidade recai em si e no seu colega Beck.»

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tem conhecimento de alguma vez ter havido algum precedente, algum caso semelhante no Banco de Portugal? Sabe de alguém que tenha sido tratado da mesma forma ou de algum processo que tenha sido conduzido da mesma forma?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — O tratamento que o Banco de Portugal deu ao caso BCP, não apenas nos dias 20 e 21 de dezembro de 2007 como em toda a instrução do processo de contraordenação, é completamente anómalo.

Não tenho conhecimento de que, em algum país do mundo, entre os cinco bancos que dominam o mercado, a saber, Caixa Geral de Depósitos, BCP, BES, Totta e BPI, fossem chamados os presidentes de dois desses bancos para decidir o futuro de um terceiro. Isso é uma situação perfeitamente anómala que vai contra todas as regras e eu só a posso entender, numa pessoa habitualmente serena como o Dr. Vítor Constâncio, como uma grande desorientação justamente no dia em que ia começar a execução do plano de ação pela tomada do BCP.

É preciso ver que tudo se desenrola a partir da reunião do prédio do Banco de Portugal na Almirante Reis e passa-se às ocultas do País, às ocultas do Conselho Superior do BCP, às ocultas do Conselho-geral e de Supervisão, às ocultas do Conselho de Administração executivo e mesmo... Aquilo que o Prof. Pinto Barbosa faria numa situação destas, se não confiasse no conselho de administração, era chamar ou todos os membros dos órgãos sociais ou chamar o presidente da assembleia geral e depositar-lhe a resolução do problema! Não era chamar o presidente da Caixa e o do BPI para resolver o futuro do BCP!

É uma coisa que, ainda hoje, se me contassem nem acreditava.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já iremos à famosa reunião de acionistas.

Estava a perguntar-lhe isto, porque também perguntei o mesmo ao Sr. ex-Governador, já que houve alguns casos e citei dois na Caixa, por exemplo, o de Armando Vara que tinha sido alvo de inúmeras notícias aquando da sua presidência da Fundação Prevenção e Segurança ou o de Francisco Bandeira que tinha contra si um processo na CMVM. Fiz-lhe exatamente esta pergunta: tem conhecimento de algum administrador a quem tenha sido dito «Atenção que vamos fazer uma avaliação de idoneidade e não se sabe bem como é que vai correr»? Ou esta foi a primeira vez que isso foi feito?

Em relação a esta famosa reunião que houve no dia a seguir, dia 21, consegue dizer-me exatamente que acionistas é que estavam presentes? Já falou de muitos deles...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Estiveram presentes a EDP, o BPI, a Caixa Geral de Depósitos...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, António Mexia, Fernando Ulrich e Carlos Santos Ferreira?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Exato.

O Grupo Berardo, o Sr. Manuel Fino, o Sr. Bernardo Moniz da Maia e o Sr. Sawlef, presidente da Eureko.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Peço desculpa, é preciso ver que, nessa altura, não foram convocados e não estiveram presentes nem o Grupo Mello,

que tinha vendido as ações, nem o Grupo Fortis, que, em agosto, detinha 5%, mas entretanto entrou ele próprio em crise e também vendeu as ações, nem o Dr. Goes Ferreira. Como já disse, não tenho a certeza se o Dr. João Rendeiro esteve presente e não tenho a certeza se o Dr. Fernando Ribeiro esteve presente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe se alguém avançou, e nesse caso quem, o nome de Carlos Santos Ferreira, nesta reunião do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A minha única fonte de informação é o livro *Terramoto BCP*, da autoria da jornalista Maria Teixeira Alves, e o relato de que, em determinada altura, o Sr. Berardo interpelou o Dr. Carlos Santos Ferreira nos termos em que já referi aqui...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi aí que lhe disse: «Só falta tu avançares».

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — «Agora só falta tu avançares».

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já nos disse que no dia 3 — volto um bocadinho atrás, precisamente para percebermos a origem destes nomes — teve várias reuniões, recebeu várias pessoas, todas elas, se bem percebi, com um recado que variava: é preciso pôr Carlos Santos Ferreira na sua lista; é preciso Carlos Santos Ferreira ou Armando Vara, um ou outro, ou ambos. Foi a primeira vez que ouviu falar destes nomes?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Foi a primeira vez.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E fez alguma associação política?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, fiz.

O juízo que fiz nessa altura foi o seguinte: fechou-se o círculo, já sei quem é quem, em cada lado, e já sei interpretar, designadamente, o comportamento esquivo do Dr. Carlos Santos Ferreira enquanto decorreu a Assembleia Geral de 28 de maio, na qual ele não esteve presente porque estava de férias e não se encontrava no País — ao que parece, estava de férias no Brasil — e que, em agosto, me respondeu que, «no ponto em que as coisas estão, a Caixa votará ponto a ponto».

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, já nos tinha dito isso.

Há aqui um momento em que nos disse o seguinte: «é indesmentível que o Governo tinha uma grande influência na Caixa...» — o que é absolutamente indesmentível, até porque a Caixa é do Estado e, portanto, é tutelada pelo Governo — «... e no BES». O que eu quero entender é o que é que o levou a concluir isto e, também, se, em sua opinião, o que houve foi um processo em que uma guerra ou um diferendo comercial levou a que um dos lados pedisse auxílio ao poder político ou se foi o poder político que quis interferir numa guerra comercial que, no fundo, era também ela uma guerra de poder.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Penso que não foi uma coisa nem outra. Foi um pedido do Dr. Paulo Teixeira Pinto, diretamente ao Eng.^o José Sócrates, para que o ajudasse a afastar o Eng.^o Jardim e os administradores que estavam do seu lado. Mas, atenção, esta é apenas a minha opinião, não tenho elemento de prova para exhibir em como as coisas se passaram assim.

Tenho dúvidas de que a iniciativa tenha partido — e acho que não terá partido — do Eng.º Sócrates, do Prof. Teixeira dos Santos, do Dr. Vítor Constâncio ou, sequer, do Dr. Carlos Santos Ferreira ou do Dr. Armando Vara. Mas, a partir do momento em que o Dr. Paulo Teixeira Pinto terá aparecido no gabinete do Eng.º Sócrates a dizer «preciso de apoio a nível político para afastar aquela equipa que está no banco desde 1985, há 22 anos, e que já deveria ter sido substituída» — e isto é um diálogo que estou a imaginar, como é evidente —, o Eng.º Sócrates deve ter pensado o seguinte: está aqui uma oportunidade de ouro para eu organizar as coisas de forma a ter uma equipa de gestão mais favorável, pelo menos, aos interesses do Primeiro-Ministro.

Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Falou-nos, há bocado, do Governador do Banco de Portugal. Sabemos, e é o próprio Banco de Portugal quem o diz, que esta reunião com acionistas aconteceu no dia 21/12, o que é um bocadinho vago, pois seria mais fácil se dissesse com quais. Nesta reunião de acionistas, para além da frase de José Berardo para Carlos Santos Ferreira «só falta tu avançares», sabe se foi discutido taxativamente, se o Governador exprimiu alguma opinião sobre esta matéria?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Toda a minha informação se esgota no livro da Dr.^a Maria Teixeira Alves. Não tenho mais nenhuma informação.

É preciso ver que, na reunião de dia 21, um acionista que se pensava ser aliado do Eng.º Jardim Gonçalves, o Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte, não pôde participar por razões de saúde. Teve uma pequena intervenção cirúrgica nesse dia e não pôde ir à reunião, mas já foi à reunião de dia 22.

Portanto, não conversei com o Presidente da Eureko, o Sr. Swalef, sobre o que é que se passou. Aliás, o Sr. Swalef, que só fala inglês e holandês — não fala português —, pediu para levar intérprete, mas isso foi-lhe

recusado e o Dr. Vítor Constâncio disse-lhe que o chamaria para ficar sentado ao seu lado e que ele lhe traduziria aquilo que se estava a passar. Quanto à forma como o Dr. Vítor Constâncio traduziu o que se estava a passar, isso é matéria que só o Dr. Vítor Constâncio e o Sr. Swalef podem responder, mas temo que o Sr. Swalef não tenha sido informado a 100% sobre o que estava, de facto, em jogo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto isto porque há uma diferença muito, muito grande, muito substancial, entre um Banco de Portugal que, de facto, faz avaliações rigorosas da idoneidade de candidatos a presidentes e a administradores, e um Banco de Portugal que quer escolher presidentes e vogais do Conselho de Administração, o que, manifestamente, é um enorme abuso.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não está nos seus poderes e, portanto, só um manifesto abuso de poder pode ter levado a que o Sr. Dr. Vítor Constâncio o tenha feito.

Depois, naturalmente, como há pouco eu disse, por razões de ponderação dos acionistas representados no Conselho Superior, a posição do Banco de Portugal foi a de que a melhor maneira de limitar os danos de imagem e de reputação do BCP consistia em alguns membros do Conselho Superior subscreverem, eles próprios, a lista liderada pelo Dr. Carlos Santos Ferreira, isto para não haver uma completa perda de face dos acionistas do BCP. Ou seja, em vez de aparecer, para o mercado, uma derrota dos acionistas do BCP e uma imposição da tutela, os próprios acionistas do BCP fingiam que não estava a acontecer uma intromissão ilegal na vida do BCP, suportando eles próprios aquela lista, dentro desta lógica de que, a um banco, não é possível — não é mesmo possível! — sobreviver e desenvolver

normalmente a sua atividade contra a vontade do supervisor. Isso não é possível.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não, não é. Acho muito bem que o supervisor seja rigoroso, não acho é que o supervisor tenha de ser acionista e que ande a escolher administradores.

Quando, no dia 3 de dezembro, Manuel Fino, Paulo Macedo e Miguel Maia — creio que foi isto que nos disse — lhe transmitiram estes nomes e a necessidade de os incluir, não perguntou a nenhum deles de onde vinha este «recado»?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, por esta razão: para mim, era absolutamente impensável dizer a qualquer um dos elementos que tinha convidado para integrarem a lista que teriam de sair para ceder o lugar a uma outra pessoa que me era imposta. Como isso estava absolutamente fora de questão, para mim, o que me estava a ser dito era um não acontecimento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Por último, disse-nos que, de 2008 a 2012, o presidente do BCP foi o Sr. Berardo e que ele tinha grande poder de fogo e um enorme peso mediático. O que eu não percebo é o seguinte: se é verdade que ele tinha, de facto, esse peso mediático — e tenho essa memória do tempo em que ele era visto como uma... —, é também verdade que, de 2008 a 2012, ele já apresentava uma dívida substancial, tanto no BCP como no BES e na Caixa, que, pura e simplesmente, não pagava e que já estava em incumprimento.

Pergunto: como é possível que um acionista de um banco que, ao mesmo tempo, é devedor desse banco e não paga, seja ele, na prática, a mandar no banco?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, encontrará a resposta a essa questão nas condições da reestruturação da dívida do Sr. Berardo, aprovada pelo Dr. Carlos Santos Ferreira e pelo Dr. Armando Vara no princípio de 2008. Se pedir ao BCP as condições da primeira reestruturação do passivo do Sr. Berardo após a eleição do novo Conselho de Administração, terá resposta às suas dúvidas.

Não tenho cópia da reestruturação. Só sei por ouvir dizer e não quero induzir os Srs. Deputados em erro, mas, ao que parece, foi uma reestruturação que permitiu ao Sr. Berardo respirar alegremente sem lhe ser exigida amortização de capital ou pagamento de juros durante os anos 2008, 2009 e 2010, ou seja, até à reestruturação de 2011. Mas, isto, não vi! A única coisa que posso fazer, perante os Srs. Deputados, é colocar a seguinte pergunta: como é que o Dr. Armando Vara, o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Vítor Fernandes, colocados no BCP pelo Sr. Berardo, iriam reestruturar a dívida da Metalgest e da Fundação Berardo senão em condições extraordinariamente favoráveis?!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, compreendo. Por isso mesmo é que os acionistas não devem ser devedores do banco que detêm! A razão é precisamente essa.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, há quem diga — e não excludo esta possibilidade — que eles foram lá colocados para reestruturar créditos que, na altura, já não tinham cura. Há quem diga que uma das motivações do Sr. Berardo, do Sr. Fino, etc., foi, justamente, colocar pessoas mais dóceis...

Já disse nesta sala e repito, eu e o meu colega Beck recusámos uma operação de crédito a um acionista, que no caso era o Sr. Berardo, e, a seguir, o Sr. Vítor Constâncio correu comigo e com o meu colega Beck! O Dr. Vítor

Constâncio virá aqui dizer que não houve implicação nenhuma e que uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas isso é a versão do Dr. Vítor Constâncio.

O que sei é que tanto eu como o meu colega Beck cometemos dois crimes... Aliás, cometemos três crimes. O primeiro foi termos obstado à ida do Dr. Paulo Teixeira Pinto, do Dr. Francisco Lacerda e do Dr. Castro Henriques, no dia 26 de junho, a Angola para subscreverem um acordo com a Sonangol e com o Banco Privado Atlântico para a venda de 49,9% do Millennium Angola, mas é certo que mais três colegas da administração tomaram posição connosco.

Por essa altura — em junho, julho ou agosto —, o meu colega Beck, enquanto responsável pela área do Risco, e eu, como responsável pela Região Autónoma da Madeira, recusámos uma operação ao Sr. Berardo. Isso motivou uma reunião enfurecida do Sr. Berardo comigo, acusando-me de estar a retaliá-lo por ele ter assumido posições contra mim e contra o Eng.º Jardim Gonçalves, e levou o Sr. Berardo a tirar as suas contas da sucursal do Funchal, que reportava a mim, e a colocá-las na sucursal de Lisboa do *private banking*, que reportava ao meu colega Castro Henriques. Pergunto: estas coisas não têm nada a ver uma com as outras? Bom... Havia uma rábula brasileira onde se dizia «só contaram pra você»! É este juntar de pontas que, depois, leva a um determinado encadeamento.

Ainda por cima, no dia 30 de julho, eu e o meu colega Beck subscrevemos aquela proposta que foi aprovada por maioria, naturalmente contra a vontade do Dr. Paulo Teixeira Pinto e dos acionistas com ele alinhados. Nos conselhos de administração do BCP em que tomei parte, a decisão de ser analisada a possível relação entre créditos aprovados a determinadas pessoas que depois se candidatavam a cargos nos órgãos sociais do BCP foi uma das poucas decisões tomadas por contagem de votos e não por formação de consenso — foram cinco votos contra quatro.

Ora, do meu ponto de vista, estes crimes colocaram-me a mim e ao Dr. Beck como alvo para a decisão do Dr. Vítor Constâncio, mas, como é evidente, ele negará isto. O Dr. Vítor Constâncio terá a sua opinião e eu tenho a minha!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse-me que esta operação terá sido recusada a José Berardo em junho, julho ou agosto. Consegue precisar a data?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Foi no verão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É tudo, muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminada a primeira ronda, vamos fazer uma brevíssima interrupção dos trabalhos e voltaremos já de seguida.

Pausa.

Vamos, agora, iniciar a segunda ronda.

É a vez do Grupo Parlamentar do PCP, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Filipe Pinhal e agradecer a já longa audição que tivemos, em que já deu para escalpelizar alguns aspetos. Um dos que já percebemos é que a Caixa se intrometeu numa guerra de acionistas do BCP e, portanto, isso...

O Dr. **Filipe Pinhal**: — A minha versão é: a Caixa foi intrometida, não se intrometeu.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi intrometida numa guerra de acionistas do BCP.

Há aqui outro aspeto que era importante relevarmos. Além de ter sido intrometida numa guerra de acionistas, acabou por ser também intrometida numa operação de reforço de capital do banco, porque, no momento em que são feitos estes créditos, há um grande aumento de capital no banco, portanto a Caixa, na prática, injetou capital no BCP, através de figuras como Berardo, Fino, etc., que já tinham ações no BCP.

Só assim é que se explica que o Sr. Berardo tenha dito nesta Comissão coisas como «vieram ter comigo», «eu, como português, quis ajudar os bancos». Só assim é que se explica que os pareceres de risco tenham sido liminarmente ignorados e que não tenha havido aval pessoal, pois se era um instrumento para aumentar o capital no BCP, não fazia sentido haver um aval pessoal.

Portanto, era isto que queria questionar, se o BCP, na prática, foi capitalizado, indiretamente, pelo Estado, através da Caixa Geral de Depósitos, utilizando estes acionistas, Berardo, Fino e outros, que já tinham ações.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, não tenho memória de ter havido um grande aumento de capital em 2007. Com toda a franqueza, não tenho ideia de ter havido aumento. Houve um aumento de capital em 2008.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sim.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Isso houve. Mas o financiamento do Sr. Berardo e o aumento da posição do Sr. Berardo são ações compradas em mercado secundário, são ações compradas na Bolsa, não foi para ir a aumento de capital.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, mas, seja como for, parece-nos que há aqui, além da intromissão nas guerras de acionistas, também uma forma de capitalizar o BCP através da Caixa.

Em 2006, em 2008, houve aumentos de capital; estes acionistas que já lá estavam acabaram por aumentar o seu capital. E, nesse caso, a minha pergunta é: em que banco é que se tornou o BCP, se é um banco privado em que há injeção pública, através da Caixa? Isto é um banco privado? Em que é que se tornou o BCP, nesse caso?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, acho que a resposta à sua pergunta só pode ser encontrada nos aumentos de capital que houve, em 2008 e seguintes, e verificar se a Caixa Geral de Depósitos e, já agora, a EDP, e também o acionista Berardo e o acionista Fino, acompanharam, e com que fundos; é preciso apurar se acorreram ao aumento de capital ou não acorreram.

Estou convencido de que a Caixa e a EDP acompanharam, por uma razão muito simples: é que a Caixa e a EDP mantiveram as suas posições durante muitos anos.

Tenho ideia de que o Sr. Berardo ao aumento de capital de 2008 já não foi, que terá vendido os direitos e terá baixado a sua posição, porque a posição que o Sr. Berardo detém, segundo o Relatório e Contas de 2008 do BCP, já não são os 7% que detinha em 31 de dezembro de 2007. Portanto, é muito provável que tenha vendido os direitos, ou que não tenha encontrado fonte de financiamento para acompanhar os aumentos de capital, não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas percebe que esta questão é muito importante para percebermos se, além da guerra de acionistas, a Caixa também acabou por ser um instrumento para a capitalização de um banco privado, sem ter uma participação correspondente a essa capitalização?

E é importante percebermos se nessa operação política que descreveu também há esse aspeto a ter em conta.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — O que resultou da posição acionista... É preciso ver que, na sequência da partilha do chamado «império Champalimaud», quando foi vendido ao Santander e o Governo interveio para que não fosse tudo vendido e que o Totta & Sottomayor ficassem em mãos portuguesas, houve uma operação conjunta, do BCP e da Caixa, que levou a Caixa a deter cerca de 8,50% do BCP, que depois baixou para 6% e que depois utilizou mal, designadamente em operações de *short selling*, para fazer lucros.

Mas a posição da Caixa no BCP resume-se a isto: até 2007, a Caixa Geral de Depósitos costumava ter à volta de 500 milhões de euros de lucros, pagava IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) sobre os lucros e distribuía e entregava ao acionista Estado 300 milhões de euros de dividendos; a partir da desvalorização da ação BCP e a partir do *flop* dos créditos que fez para a tomada de posição, sabemos que a Caixa passou de lucros a prejuízos e que o Estado teve um prejuízo direto, quer pela ausência de cobrança de IRC sobre os lucros, quer nos dividendos distribuídos pela Caixa ao acionista Estado. Isso é objetivo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É objetivo e, se calhar, demonstra como houve várias formas de capitalizar o BCP, não através de posição direta da

Caixa mas através de outros acionistas, que já tinham fortes posições no BCP.

Queria ir a outro tema. O senhor sai do BCP em janeiro de 2008 e o reforço dos colaterais da Associação Coleção Berardo dá-se no final de 2008. Queria perceber se, tendo saído em janeiro de 2008 — e isto foi em finais de 2008 —, por acaso, no BCP já tinha havido alguma abordagem a esta matéria.

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não, Sr. Deputado, porque os créditos não estavam vencidos. Só quando os créditos chegassem ao seu vencimento seria avaliada a relação dívida/cobertura por garantias, e o devedor seria, normalmente, interpelado para reforçar garantias.

Mas os créditos do Sr. Berardo não se venceram enquanto estive em funções. É preciso ver que estive em funções de Presidente de 1 de setembro de 2007 a 14 de janeiro de 2008, portanto, um período muito curto, e aí não se venceram financiamentos do Sr. Berardo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E, ainda assim, tendo saído em janeiro de 2008, encontra alguma explicação para o facto de a Caixa ter tido um reforço de garantias que chegou a ter 40% dos títulos, ao passo que o BCP e o BES tinham posições menores e tinham outras garantias além dos títulos da Associação, nomeadamente ações da Bacalhôa, da Empresa Madeirense de Tabacos e imóveis no Funchal.

Ou seja, os outros bancos — o BCP e o BES — tiveram outras garantias, além da Associação; a Caixa ficou apenas com um reforço de garantias de uma Associação cujas obras ainda não percebemos bem se estão associadas ou não a esses títulos.

Portanto, não tendo ainda essa certeza — porque não nos foi dada a certeza, foi-nos só dada uma indicação, da parte do administrador Jorge

Tomé —, o facto é que não percebemos exatamente o que valem aqueles títulos em relação às obras.

Assim sendo, porque é que BCP e BES só aceitaram se tivessem outras garantias além das da Associação Coleção Berardo e a Caixa aceitou os 40%? Tem alguma informação de como é que isto foi discutido no BCP?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não tenho. Não tenho informação nenhuma sobre essa matéria, mas admito que o nível de diálogo entre o Dr. Carlos Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara com o Sr. José Berardo fosse um nível de diálogo diferente do que tinha com o Dr. Faria de Oliveira e o Dr. Jorge Tomé. E, portanto, tanto quanto sei, houve uma reestruturação dos créditos do Sr. Berardo em 2008, no BCP; em 2009, na Caixa Geral de Depósitos; no BES não tenho informação; e, em 2011, houve uma negociação conjunta dos três bancos em que, certamente, terão partilhado garantias, não faço ideia.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Referiu aqui o papel de Vítor Constâncio nestas reuniões que eram marcadas em torno do BCP. Pergunto se considera possível que o Dr. Vítor Constâncio não conhecesse a operação de crédito da Caixa a Berardo, na altura em que ela foi feita, como afirmou nesta Comissão e, entretanto, foi desmentido por notícias recentes.

Acha possível que uma pessoa que esteve tão envolvida na marcação dessas reuniões não conheça uma operação que tinha tanta importância neste processo?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr. Deputado, o Banco de Portugal acompanhou, *pari passu*, a vida do BCP, com pedidos insistentes de informação a partir do dia 3 de dezembro — insisto, primeiro dia útil depois da denúncia, aí os pedidos foram insistentes —, mas acompanhou com igual atenção a partir do início do mês de maio, porque o Banco de Portugal não

podia ignorar aquilo que o *Diário Económico* publicava todos os dias sobre possíveis irregularidades no BCP e aquilo que o Sr. Berardo dizia pelo menos todas as semanas no seu tempo de antena do *Jornal das 9* da SIC Notícias. Portanto, o Banco de Portugal não podia ignorar isto e o Banco de Portugal, durante esse período, foi fazendo pedidos de informação ao BCP e foi procurando saber.

No dia a seguir à Assembleia de 28 de maio, o *Diário Económico* publicou dois naipes de fotografias. Um naipe de fotografias em que estavam o Eng.º Jardim, eu, o Dr. Beck, etc., que eram os homens do Jardim; e outro naipe de fotografias com o Dr. Paulo Teixeira Pinto e os seus apoiantes.

Nessa altura, em Conselho, foi perguntado aos nossos colegas... Eu próprio levei o jornal e perguntei aos meus colegas se eles assumiam aquela divisão. Ninguém assumiu, disseram que «não senhor, que estávamos todos unidos», etc. Aliás, houve várias declarações públicas, em comunicados assinados conjuntamente pelo Eng.º Jardim Gonçalves e pelo Dr. Paulo Teixeira Pinto, a negar que houvesse divisões entre o Conselho de Administração Executiva e o Conselho Geral e de Supervisão.

Isso não era verdade, mas era o modo que o banco tinha de evitar que o mercado se apercebesse dos conflitos internos do BCP. Portanto, há uma posição de mercado e há questões de imagem e de reputação que se procuram defender.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez o Grupo Parlamentar do PSD, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Filipe Pinhal, para nós, é interessante ver que é possível alguém com a sua idade ter memória de coisas que se passaram há 10 anos, sem notas, sem nada. Isso

revela muito também não da sua vontade mas da falta de vontade de outros que aqui estiveram para falar sobre estes assuntos.

Para começar, faço uma pergunta muito concreta.

Há bocado, falava da empresa Heidrick & Struggles, que terá acompanhado o processo de mudança dentro do banco, da parte da organização.

Não sei se sabe mas esta empresa é especializada em recrutamento de recursos humanos e não foi nisso que prestou o trabalho ao BCP. Acha que esta empresa serviu para sabotar o BCP ou para encontrar a informação para ajudar a esta operação?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Não tenho dúvida nenhuma a respeito disso.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — De quê?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — De que essa empresa foi o operacional para captar informação de dentro do BCP, porventura por recurso a meios tecnológicos que a Ongoing dominava.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Com que objetivo? Para quem?

O Dr. **Filipe Pinhal**: — Arregimentada... Vamos lá ver, a Heidrick & Struggles começa a trabalhar para o BCP ainda no outono de 2005 e apresenta o seu trabalho de alteração do modelo de *governance* em fevereiro ou março de 2006, porque o modelo dualista, com eleição do Conselho de Administração Executivo e eleição do Conselho Geral e de Supervisão, ocorre em março. Portanto, é na Assembleia de março de 2006 que há uma alteração de estatutos e o BCP adota o modelo dualista.

Portanto, a Heidrick & Struggles teve muito tempo para conhecer por dentro toda a organização e o «quem é quem» do BCP, para saber em que pontos é que se apoiava.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Essa empresa nunca fez recrutamento de pessoal para o BCP?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Aquilo que se dizia no mercado, na altura...

É preciso ver como é que a Heidrick & Struggles inicia atividade: existia a Ongoing e, depois, é criada a Heidrick & Struggles, ou é criada a Heidrick & Struggles e, a seguir, a Ongoing. Creio que a ordem até é esta: primeiro, a Heidrick & Struggles.

A Heidrick & Struggles é contratada pela Galp, pelo seu Presidente António Mexia, para fazer o trabalho de avaliação dos quadros da Galp. Depois, o Dr. António Mexia integra o Governo do Dr. Pedro Santana Lopes, como Ministro das Obras Públicas — o correspondente a equipamento social —, e encomenda à Heidrick & Struggles o mesmo trabalho para todas as empresas dependentes do seu Ministério, a saber: a Metro, admito que a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), a CP (Comboios de Portugal), a Transtejo... Portanto, todas as empresas de transportes.

A seguir, o Dr. António Mexia sai do Governo, mas passa ao Eng.º José Sócrates a informação de que aquela empresa conhecia todos os quadros de Portugal, conhecia tudo, «Ceca e Meca» e arredores. E aquilo que se dizia, na altura, era que, na verdade — mas isso são rumores de mercado —, todas as nomeações feitas pelo Governo de José Sócrates tinham sido do alfobre da Heidrick & Struggles.

Ou seja, era do interesse de toda a gente que o Compromisso Portugal... É preciso ver que o Compromisso Portugal reuniu, no Convento

do Beato, à volta de 400 pessoas, todas de uma determinada faixa etária, a dos 40 anos, que foram ali dizer: «Nós temos os melhores cursos, nós temos a melhor formação, portanto, os velhos, ou seja, a geração de 60, que saiam dos lugares e nos deem lugar a nós. Nós estamos aqui para salvar Portugal.» Portanto, há aqui um conflito geracional que é evidente, não é?

A Heidrick & Struggles consegue surfar esta onda com enorme habilidade, diga-se, mas também com muitas ajudas, porque, a partir das empresas de transportes, saltou para o BES; depois, foi chamada para a EDP, leia-se «António Mexia»; depois, foi chamada para o BCP, leia-se «Paulo Teixeira Pinto, em conjugação com António Mexia».

Portanto, passou a ser aliciante para aquelas pessoas todas que foram ao Convento do Beato estar nas boas graças do Sr. Rafael Mora e do Dr. Nuno Vasconcellos, porque isso era mais ou menos garantia de um posto agradável, onde houvesse influência do Governo. O que se passou nos bastidores, nessa altura, foi isto, à parte de coisas que já entram no domínio da teoria da conspiração.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Muito bem.

Esta audição e esta Comissão de Inquérito não têm como objetivo perceber a novela dentro do BCP ou o que aconteceu, de facto, no BCP. O nosso interesse no BCP é no sentido de perceber como é que um banco público foi utilizado ou não para interferir nessa guerra e os custos que isso teve para Portugal.

A pergunta que lhe faço é muito concreta: tendo em conta o seu conhecimento da realidade do País, desde então, nos setores financeiro, económico e político, acha possível que a Caixa tenha feito um movimento desta escala, sem que o Governo, a tutela política, tenha tido conhecimento desta operação?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — A resposta à sua pergunta é que acho impossível.

O resultado foi que os bancos que têm lucros em Portugal são estrangeiros e os dividendos vão para o estrangeiro. Não sei onde pagam impostos, se pagam impostos a Portugal ou se os impostos são todos pagos na casa-mãe, através de um processo de consolidação contabilística. Sei que o próprio BCP, neste momento, está dividido entre interesses chineses e interesses angolanos e não se percebe bem... Percebe-se...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Pois, não sei... Não sei onde é que o Santander pagará impostos...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Alguns pagará cá também, esperemos!

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Pois, de certeza, não é?...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — É possível...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Peço desculpa, mas o que sei é que os dividendos pagos pelos bancos são exportados e os bancos que poderiam pagar dividendos aos portugueses... Bom, o BCP vai agora pagar um dividendo simbólico aos seus acionistas, mas esteve muitos anos sem pagar.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Sr. Doutor, o nosso interesse não é só nos dividendos. Isso é na COFMA (Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa).

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim, sim...

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Aqui são os prejuízos e as imparidades.

Portanto, o que queremos perceber é porque é que os portugueses estão a pagar tanto dinheiro aos bancos para fazer face aos prejuízos que tiveram e às imparidades. É esse o nosso foco. Se o dinheiro da Caixa, dos portugueses, dos depositantes foi usado para um assalto, queremos saber quem é que sabia e quem é que deu a ordem, o tiro de partida.

É possível acontecer tanta coisa no setor financeiro — sobretudo este assalto — sem a conivência ou o beneplácito do Banco de Portugal e do seu Governador?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Houve beneplácito e houve cumplicidade, porque o próprio Dr. Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal ao tempo, conduziu operações, designadamente a dos dias 20 e 21 de dezembro. Essa foi uma operação conduzida por ele. Se ele foi instrumentalizado por alguém ou se foi de sua iniciativa, não sei. Só ele é que poderá dizer. Agora, ele foi parte ativa nessa matéria.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Posso afirmar que Vítor Constâncio e o Banco de Portugal caucionaram ou tornaram legal um processo de assalto ao BCP?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Quanto ao Banco de Portugal, não sei, porque não sei se o Dr. Vítor Constâncio agiu por iniciativa própria ou em resultado de uma decisão do Conselho de Administração do BCP.

Relativamente ao Dr. Vítor Constâncio, não tenho dúvida absolutamente nenhuma de que a destruição do BCP não teria acontecido se, em vez do Dr. Vítor Constâncio, estivesse sentado na cadeira do Governador do Banco de Portugal o Prof. Pinto Barbosa, o Dr. Manuel Jacinto Nunes ou o Dr. Silva Lopes. Não teria acontecido isto, não é?

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Recordo que isto não é uma espécie de rescaldo, refrega ou vingança relativamente ao que aconteceu ao BCP e a si, em particular. Respeito muito isso, assim como qualquer um de nós, porque «quem não se sente não é filho de boa gente».

Aquilo que queremos perceber é o que aconteceu na Caixa. O BCP é uma questão colateral. Portanto, o que queremos saber é se era possível que se tivesse usado tanto dinheiro da Caixa Geral de Depósitos para ir ao BCP, salvo seja, sem a conivência do Banco de Portugal e do seu Governador.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Todas as operações realizadas por um banco, no próprio dia em que o crédito é posto à disposição dos clientes, são imediatamente comunicadas por ficheiro eletrónico à central de riscos do Banco de Portugal.

Portanto, a central de riscos do Banco de Portugal teve conhecimento, caso a caso, das verbas emprestadas pela Caixa Geral de Depósitos, não só dos montantes mas também das entidades a quem elas foram emprestadas. Verbas dessa natureza, de 300 ou 350 milhões de euros, não podem passar despercebidas ao supervisor.

O Banco de Portugal acompanhou tudo dia a dia, porque todos os dias, no momento em que os processos automáticos transferem o dinheiro da conta

do banco para a conta dos clientes, por força de empréstimos concedidos, como subproduto dessa transferência — tudo isto se passa a nível eletrónico, não tem intervenção humana —, o mesmo ficheiro segue para a central de riscos do Banco de Portugal, que obviamente monitoriza o crescimento do crédito dado pela Caixa.

A Caixa, num dia só, quando fez o financiamento ao Sr. Berardo, aumentou o crédito em 350 milhões de euros. Não é possível que uma verba destas tenha passado despercebida ao Banco de Portugal.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Tenho mais uma pergunta para si. Contou-nos há pouco que, quando foi alertado para a denúncia do Sr. José Berardo, dois administradores se tinham voluntariado para colocar o seu lugar à disposição, se para a sua lista entrassem o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara. Isto é verdade, não é? Disse-o há pouco.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — É verdade. O Dr. Paulo Macedo e o Dr. Miguel Maia voluntariaram-se para sair da lista.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, se eles já sabiam disso, era porque Armando Vara e Santos Ferreira, já muito antes da data que achávamos ser a final, isto é, no final do mês, estavam preparados para ir para esses lugares do BCP.

Mas a pergunta importante, para mim, não é essa. É esta: alguma vez sentiu que, se tivesse anuído à ida deles para o BCP, essas denúncias não seriam valorizadas pelo Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Não pus sequer essa questão. Não pus sequer essa questão, porque, para mim, era inconcebível dizer a alguém que

eu tinha convidado para a minha lista que saísse para dar o... Portanto, foi um assunto em que não pensei.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Mas eu não estou a pôr a hipótese de o ter feito, naquela altura. Como o Sr. Doutor já disse várias vezes hoje, foi aprendendo ao longo dos últimos anos.

O que lhe pergunto é: hoje, olhando para o filme, para trás, o que é que pensa sobre isso?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Assim que o Dr. Paulo Teixeira Pinto saiu do banco, começou-se imediatamente a fazer apostas sobre qual era a composição do novo conselho de administração do BCP.

Começou-se a falar numa lista — e há notícias de jornais sobre isso — liderada pelo Dr. Carlos Santos Ferreira, que, inclusive, tinha sido administrador de uma companhia de seguros do BCP, portanto, era um homem da casa. Começou-se a falar nisso, como coisa natural.

O Dr. Carlos Santos Ferreira disse sempre que nunca avançaria contra mim, que era meu amigo e nunca avançaria contra mim. Veio depois justificar-se, dizendo que só avançou para a presidência do BCP quando teve a certeza de que o Filipe Pinhal saía.

Isso não é verdade, porque o Filipe Pinhal só disse que saía aos acionistas do conselho superior na reunião que teve lugar no dia 30 ou 31 de dezembro. Ora, o Dr. Carlos Santos Ferreira já estava desde o dia 3 de dezembro na lista, primeiro, como candidato a integrar a minha lista e, depois, na lista elaborada pelo grupo dos sete... Enfim, não era necessariamente a lista que saiu da reunião do Banco de Portugal, no dia 21 de dezembro, mas era a composição do conselho de administração que saiu da reunião na EDP, no dia 22 de dezembro.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Pois, agora percebemos que o parto teve lugar nessa altura, mas a inseminação foi feita muito antes. É isso que percebemos hoje.

Olhando para a Caixa, de quem era um dos maiores...

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Peço desculpa, mas continuo a insistir na declaração que está no *Público online*, do dia 30 ao dia 31, em que o Sr. Berardo diz, preto no branco: «O Dr. Miguel Cadilhe chega tarde. Nós estamos a tratar disto desde maio.» Está lá! Aí, não cabem dúvidas.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Vou-lhe ser sincero: das pessoas que vieram a esta Comissão, a mais sincera, além de si, foi o Sr. José Berardo, porque, pelo menos, disse aquilo que pensava. Parece haver uma complacência de tanta gente, uns silêncios geridos entre todos, que raramente falam para não se comprometerem e para não serem comprometidos. Portanto, desse ponto de vista, por mais que nos custe, é esta a realidade.

Olhando do BCP para a Caixa, alguma vez sentiu que este conjunto de investimentos ruinosos da Caixa nunca seriam possíveis num banco como o BCP ou em qualquer outro banco privado? Ou seja, acha que a Caixa era mais sensível, por exemplo, à pressão política e à prioridade dada a certos projetos, que noutros bancos não teriam viabilidade?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Só posso responder à segunda parte da sua pergunta. Em relação à primeira parte, eu não sabia a composição da carteira de créditos da Caixa, portanto, não poderia sentir nada.

Agora, não tenho dúvida absolutamente nenhuma de que o empréstimo à La Seda não seria aprovado no BCP. Por aquilo que conheço, remetendo-me exclusivamente às informações que são públicas, o empréstimo à La Seda não seria aprovado no BCP.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Porquê?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Porque não existiam... Porque, daquilo que se sabe, o projeto não era suficientemente profundo. O estudo de viabilidade do projeto, pelo que é publicado, segundo as notícias que são públicas, era um estudo mais do que deficitário, era uma coisa perfeitamente embrionária.

Naquele caso, emprestou-se dinheiro com base exclusivamente — só pode ser! — ou em orientações políticas para aprovar ou, então, na qualidade dos acionistas, e não se vê que a La Seda ou o seu sócio português fosse um acionista com uma capacidade de investimento indiscutível.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Portanto, pressão política?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Vamos lá a ver: é a minha dedução, mas vale o que vale.

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Tenho três perguntas muito concretas para lhe fazer e vou aproveitar o tempo que me resta.

O BCP recebeu comunicação do Banco de Portugal para reduzir créditos para compra de ações do próprio BCP. Segundo percebemos, isto foi por alturas de 2003. Tendo em conta que a exposição da Caixa a créditos para compra de ações de um concorrente como o BCP era tão elevada, não acha que devia também ter sido sugerido por parte do Banco de Portugal que reduzisse essa exposição? Esta é a primeira pergunta.

Por que é isso não aconteceu? Alguma coisa mudou por parte do Banco de Portugal nesse período? Era influência política ou não?

Sobre La Seda, curiosamente, a administração da Caixa BI, no início pensava exatamente como o Sr. Dr. Filipe Pinhal.

Tendo em conta que é um dos mais antigos banqueiros deste país, acha normal que um banco público, a Caixa Geral de Depósitos, entre no negócio do crédito especulativo para compra de ações com rácios de cobertura de 100%, a preços muito mais baixos do que, por exemplo, o preço de um crédito para uma atividade industrial?

Se calhar, isto nem um banco comercial faria, mas a Caixa, que é um banco público, fê-lo. Isto era concebível? Qual é a sua opinião sobre isso, quando um banco público, com dinheiro dos contribuintes e dos depositantes, tem ações no mercado muito mais arriscadas do que um banco comercial, empresta dinheiro com riscos muito superiores à banca comercial?

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir

O Sr. **Duarte Marques** (PSD): — Concluo, Sr. Presidente.

É que o padrão de comportamentos que queremos aqui perceber é se, neste período do País, o poder político, o poder financeiro e a Caixa Geral de Depósitos ignoraram muitos dos alertas de risco da própria Caixa e as preocupações dos restantes bancos e agiram de forma completamente irresponsável.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Vou procurar responder diretamente ao Sr. Deputado.

Não era natural que o Banco de Portugal pusesse à Caixa Geral de Depósitos as mesmas reservas que pôs ao BCP relativamente ao financiamento de ações do próprio banco, por uma razão simples: a lei não permite que um banco tenha ações próprias ou assimiladas — e as

assimiladas são as dadas em garantia ou penhoradas — que ultrapassem 10%. Ora, a Caixa não emite ações e, portanto, não lhe era aplicável.

Agora, há uma coisa em que o Sr. Deputado tem razão: é que não tem nenhuma racionalidade económica o financiamento para esta finalidade. Só encontro uma, que já aqui expressei: a avidez da Caixa em ultrapassar o BCP no *ranking* de crédito.

As percentagens eram mais ou menos estas: nos depósitos, a Caixa era a primeira, com 23 ou 24%, e o BCP era o segundo, com 22 ou 23%. No crédito, as posições estavam invertidas e o BCP tinha 23 ou 24% de quota de crédito e a Caixa tinha 22 ou 23%. Todo o financiamento que a Caixa fizesse a clientes seus para pagarem ao BCP significava aumento de crédito na Caixa e diminuição de crédito no BCP e a administração da Caixa, se quisesse, ganhava «essa taça», ultrapassava o BCP no *ranking* do crédito.

Ainda sobre a racionalidade económica, fui diretor da Caixa, também exerci funções na Caixa Geral de Depósitos, também pertenci a uma comissão de crédito na Caixa Geral de Depósitos, em época muito longínqua, é certo, em 1985, portanto, 20 anos antes destes factos e não sei que modificações é que houve na orgânica da Caixa, mas houve dois bancos que sempre existiram — um deles até certa altura — como instrumentos da política económica do Governo, um era a Caixa Geral de Depósitos e o outro era o Banco de Fomento, criado em 1958 e depois integrado no BPI.

Portanto, esses dois bancos estavam ao serviço dos planos de desenvolvimento da atividade económica. Serviam a economia. Ora, não vejo como é que os financiamentos ao Sr. Berardo e ao Sr. Manuel Fino pudessem servir a economia.

O Sr. **Presidente**: — É agora a vez do Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, o dia de hoje teve, de manhã, uma audição ao Sr. Dr. António Vieira Monteiro, *chairman* do Santander, que foi administrador da Caixa Geral de Depósitos até aos primeiros dias de 2000, em janeiro de 2000, e que pertenceu a uma administração que autorizou uma operação financeira que causou uma imparidade na Caixa de mais de 340 milhões, e à tarde estamos a ouvir o Sr. Dr. Filipe Pinhal sobre a operação financeira que foi a concessão de crédito por parte da CGD para a aquisição de ações do BCP. Se juntarmos todas as imparidades que resultaram da concessão de créditos por parte da Caixa para a aquisição de ações do BCP mais a operação Boats Caravela, estamos a falar de um dia em que estamos a debater operações que geraram mais de 1000 milhões de euros de perdas na Caixa Geral de Depósitos, e o que têm em comum é serem operações financeiras.

Queria colocar-lhe a seguinte questão: quanto à suposta reunião, que já sabemos que houve, no Banco de Portugal, em agosto de 2007, para que o Banco de Portugal decidisse se se opunha ou não à participação qualificada do Sr. José Berardo no capital do BCP, se a Fundação Berardo, que foi a quem foi concedido o crédito de 350 milhões de euros, não tivesse comunicado e questionado o Banco de Portugal sobre se este se opunha ou não ao aumento da participação qualificada, o crédito era ou não concedido por parte da Caixa? O que estaria aqui em causa não era meramente dar à Fundação Berardo a representatividade pelo aumento da participação que queria realizar?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Estou convencido, mas é apenas um convencimento pessoal, que a operação seria feita da mesma forma, porque era claro que em agosto a Caixa Geral de Depósitos já estava perfeitamente alinhada com os interesses do Sr. José Berardo, que por sua vez coincidiam com as próprias tomadas de posição do Banco de Portugal.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Fiz esta questão indo ao encontro do conhecimento que tinha e mantem sobre a legislação da época e as competências do supervisor.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sim, sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ou seja, quando a Fundação Berardo teve o crédito aprovado por parte da Caixa Geral de Depósitos, de 350 milhões, para comprar ações do BCP, o que se passou efetivamente na reunião do Conselho de Administração do Banco de Portugal, em agosto de 2007, foi uma deliberação sobre se o Banco de Portugal se opunha ou não ao aumento da participação da Fundação Berardo no capital do BCP, ficando com uma participação qualificada para efeitos de representatividade no colégio eleitoral do BCP.

Se a Fundação Berardo não tivesse submetido esse pedido ou essa comunicação ao Banco de Portugal, o único prejuízo que tinha não passava por não ter acesso ao crédito, porque este era sempre concedido, mas não ia ter a representatividade eleitoral na assembleia geral do BCP condicente com a participação que passaria a ter devido a esse aumento. É disso que se trata e fica claro.

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Imaginem os Srs. Deputados que, na altura, em agosto, a Fundação José Berardo já tinha sido autorizada a ultrapassar os 5% de participação no BCP e até 9,99%, ou seja, que essa autorização que veio no final de agosto já estava concedida, e que nessa altura a Fundação Berardo tinha 5,1% do capital. Portanto, já estava autorizada, já tinha passado os 5%, tinha 5,1%. Se isso acontecesse e se o Sr. José Berardo pedisse 350 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos para comprar 3%

do capital do BCP em bolsa, a operação não iria ao Banco de Portugal, era decidida pela Caixa Geral de Depósitos e não tenho dúvida nenhuma que seria aprovada. Haja em conta o que aconteceu depois.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A questão central da minha pergunta tem a ver com o tipo de deliberação que o Banco de Portugal pode ter tomado em agosto de 2007 relativamente ao crédito da Caixa de 350 milhões de euros à Fundação José Berardo. Estava em causa unicamente o facto de esta Fundação ter representatividade eleitoral da participação que iria adquirir ou estava em causa mesmo uma oposição à concessão do crédito?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — O que a Fundação Berardo pede ao Banco de Portugal — e é sobre isso que o Banco de Portugal tem de se pronunciar — é para ultrapassara a fasquia dos 5%.

É evidente que aos supervisores, os chamados polícias do mercado, seja o Banco de Portugal, seja a CMVM, não lhes é indiferente se os acionistas são reais ou se pintados. Não lhes é indiferente! Ou seja, se investem com dinheiro próprio ou com dinheiro que lhes é emprestado. Portanto, essa informação tem de ser dada aos supervisores.

Aquilo que era normal à época era que o dinheiro não fosse 100% emprestado, que houvesse aportação de fundos próprios. Era isso que se exigia, ou seja, que não fossem apenas veículos porque, nessa altura, levantava-se a questão: são veículos de quem? Deles próprios ou de outros? Eles têm alguém por trás?

Portanto, aquilo que vai ao Banco de Portugal é exclusivamente a ultrapassagem da fasquia dos 5%, mas tem de ser dito ao Banco de Portugal de onde vêm os fundos.

A Fundação Berardo parece que, numa primeira fase, disse que eram capitais próprios e linha de crédito autorizada pela Caixa Geral de Depósitos, o que pressupõe que já havia autorização, porque, se não, não poderia dizê-lo. Portanto, a aprovação da linha de crédito é independente da decisão do Banco de Portugal, é prévia. Numa segunda fase, terá dito ao Banco de Portugal... Parece que, segundo as notícias dos jornais, o pedido demorou dois meses a ser analisado pelos serviços do Banco de Portugal; se demorou dois meses, alguma coisa hão de ter inquirido e, naturalmente, uma das coisas que foram à procura foi de saber se era dinheiro próprio ou dinheiro emprestado. É dinheiro emprestado? Por quem? Pela Caixa. E o Banco de Portugal não levantou problemas, mas acho que fez mal.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Tenho mais uma pergunta para lhe colocar, que tem a ver com a intervenção da CMVM neste processo.

Começo por lhe perguntar se alguma vez foi contactado para reunir com a CMVM, se alguma vez lhe pediram esclarecimentos, seja *a anteriori* ou *a posteriori*?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Como disse há pouco, no dia 20 entreguei uma carta pessoal ao Dr. Vítor Constâncio, contendo a minha interpretação do que se tinha passado com os *offshore*, com os aumentos de capital, etc. É uma carta, salvo erro, de três páginas. Se for diferente de três páginas é porque tem quatro e não porque tem duas.

Portanto, creio que é uma carta de três páginas, uma carta longa, uma longa exposição, em que eu ressalvo no primeiro parágrafo: «isto é o que eu sei a esta data. Isto é o que eu sei a esta data, da informação que me chegou.»

Portanto, eu relatei isto ao Governador do Banco de Portugal e, nesse mesmo dia, pedi uma entrevista ao Presidente da CMVM, que a marcou para o dia seguinte, dia 21. Fui recebido pelo Presidente e pelo Vice-Presidente

da CMVM, a quem entreguei a carta. Leram-na na minha presença e fiquei à disposição para a prestação de quaisquer informações adicionais.

A troca de impressões foi relativamente curta. Aparentemente, satisfizeram-se com a informação que eu lhes estava a dar, ou então mandaram a exposição para análise pelos serviços, para ver se encontravam matéria para intervenção da CMVM. Mas a reunião foi relativamente curta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Julgo que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua já não está na sala, portanto, dispensa a sua vez de intervir.

É, então, a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sr.^a Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só para esclarecer esta última questão que está aqui a ser colocada, sobre a autorização do Banco de Portugal à operação da Fundação José Berardo.

Tenho uma pergunta que acho que nos pode ajudar a perceber o que é que o Banco de Portugal autorizou.

O Banco de Portugal autorizou a Fundação, não José Berardo mas a Fundação José Berardo, que é uma instituição particular de solidariedade — ou, pelo menos, à época era —, a aumentar a sua participação no BCP de 5% para 10%. Para isso reconheceu-lhe a idoneidade, entre outras coisas.

O que eu queria perguntar-lhe era o seguinte: se, por acaso, o Banco de Portugal tivesse chamado o Sr. José Berardo, como o chamou a si, por exemplo, e lhe tivesse dito: «Olhe, nós temos aqui alguns problemas, pode acontecer não autorizarmos isto. O Banco de Portugal pode ter de pensar melhor», acha mesmo que o Sr. José Berardo teria continuado a ir buscar 300 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos para aumentar a sua participação se a isso não correspondesse nenhum direito de voto?

O Sr. Dr. **Filipe Pinhal**: — Sr.^a Deputada, o Sr. José Berardo declarou em tribunal, num dos processos em que foi ouvido, que visitava regularmente o Sr. Dr. Vítor Constâncio para falar de economia e que o Sr. Dr. Vítor Constâncio um dia tinha almoçado na Quinta da Bacalhôa.

Eu ouvi uma parte da audição em que isto foi perguntado ao Sr. José Berardo e ele tergiversou e disse que foram os governadores dos bancos centrais que lá foram almoçar.

O Dr. Vítor Constâncio virá aqui de hoje a oito dias, poderá esclarecer se afirmação. Não se trata do que eu estou a dizer, é a afirmação que o Sr. José Berardo fez em tribunal, sob juramento. Sob juramento, disse: «Eu ia regularmente, eu falei com o Dr. Vítor Constâncio sobre as questões do BCP e pedi-lhe uma entrevista, em fins de novembro ou princípios de dezembro, para lhe entregar a carta de denúncia. O Dr. Vítor Constâncio deu-me a entrevista. Eu pensava que ia falar só com o Dr. Vítor Constâncio, mas quando cheguei lá estava todo o Conselho de Administração do Banco de Portugal para me receber. E eu vim-me embora e não entreguei a denúncia, mandei-a entregar por protocolo, porque eu pedi entrevista ao Dr. Vítor Constâncio, ele disse que me recebia e depois estava lá o Conselho de Administração todo. Aí eu vim-me embora e não a entreguei, mandei entregá-la por protocolo». Isto disse o Sr. Berardo em tribunal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tenho mais perguntas a fazer-lhe, eu só queria perceber qual era a relação do Banco de Portugal e o grau de imparcialidade em todas estas relações com o BCP e a Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

Terminámos, assim, a segunda ronda.

Pergunto se alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado quer intervir na terceira ronda. E vou esperar o tempo suficiente para que não haja de novo equívocos sobre eventuais intenções e vontades, para não prejudicar ninguém.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, podemos concluir a nossa reunião.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Filipe Pinhal a sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Terminámos hoje a audição. Voltaremos na próxima sexta-feira, às 14 horas e 30 minutos, para uma nova audição.

Muito boa tarde a todas e a todos e até lá.

Eram 19 horas e 54 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.